

# REVISTA PÓS GRADUAÇÃO

15ª Edição | JULHO 2023



**UNIASSELVI**

Construa sua própria história.



**Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci  
FICHA CATALOGRÁFICA**

**Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI**

Revista UNIASSELVI-PÓS: Ética Profissional - Centro Universitário Leonardo da Vinci (Grupo UNIASSELVI). - Indaial: UNIASSELVI, 2021.

93p. : il. col.

Periodicidade: Semestral.

ISSN: 2317-5966

1. Ensino superior. I. Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI.  
II. Programa de Pós-Graduação EAD.

CDD 378.005



CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI  
Rua Doutor Pedrinho (Anexo ao Shopping Vitória Régia), 79, Rio Morto,  
Indaial/SC - CEP: 89082-262 Cx. P. 191 - 89.130-000 – INDAIAL/SC  
Fone Fax: (47) 3281-9000/3281-9090

# REVISTA UNIASSELVI-PÓS



## EXPEDIENTE EDITORIAL

Reitor do Centro Universitário

Leonardo da Vinci

Janes Fidélis Tomelin

Vice Presidente de Pós Graduação

Tiago Stachon

Presidente do Conselho editorial

Jairo Martins

Editor-Chefe

Elys Regina Zils

Membros do Conselho Editorial:

Prof<sup>a</sup>. Elys Regina Zils

Prof<sup>a</sup> Kelly Kreidlow

Prof<sup>a</sup> Natana Martins Alves Ferneda

Prof<sup>a</sup> Tania Regina Wecker

Prof<sup>a</sup> Fernanda Ludmilla Leles Manso

Prof<sup>a</sup> Aline Lidiane Freitas Toniolo

Prof<sup>a</sup> Sara Talitiane Viana Machado

Leandro De Lima

Prof. Jairo Martins

Prof. Gildo Peixer

Diagramação:

Equipe Produção de Materiais

**CENTRO UNIVERSITÁRIO  
LEONARDO DA VINCI**

Rua Doutor Pedrinho (Anexo ao  
Shopping Vitória Régia), 79, Rio  
Morto, Indaial/SC - CEP: 89082-262  
Cx. P. 191 - 89.130-000 – INDAIAL/  
SC

Fone Fax: (47) 3281-9000/3281-9090

e-mail: pedagogico-posead@unias-  
selvi.com.br

## APRESENTAÇÃO

A UNIASSELVI, por meio do seu Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, apresenta a 15ª edição da Revista Uniasselvi-Pós. Esta edição está dedicada a um tema de extrema relevância: Direitos Humanos. Esses são fundados pelo respeito, pela dignidade de cada pessoa, sendo uma categoria de direitos básicos assegurados a todo e qualquer ser humano, sem discriminação, não importando classe social, raça, religião, gênero, orientação sexual. Os Direitos humanos são universais e inalienáveis.

São direitos básicos de todos os seres humanos, tanto direitos civis e políticos, como de liberdade de expressão, a crença, direito ao trabalho, de educação, entre vários outros. Especificamente, o documento de Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948, possui 30 artigos, dos quais destaco os dois primeiros:

Artigo 1º — trata da liberdade e da igualdade, que devem estender-se a todos os seres humanos.

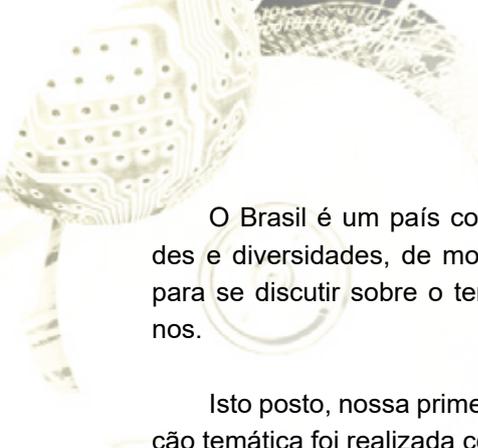
Artigo 2º — todas as pessoas podem requerer para si os direitos apresentados no documento. Nenhuma discriminação, de qualquer origem, pode ser feita.

Ademais na Constituição Federal, de 1988, ao falar dos direitos e garantias fundamentais, está escrito:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

Lógico que ao longo dos anos, as constituições necessitam se adequar aos novos cenários quanto às garantias dos Direitos dos seus cidadãos. Pensemos, por exemplo, nos avanços qualitativos trazidos pela Constituição Federal de 1934, com o voto feminino, o ensino primário gratuito e obrigatório, entre vários outros itens. Porém como fica isso tudo na prática? É preciso dar condições para que esses direitos sejam efetivados. Por exemplo, pensemos nas pessoas com deficiência (PcD) e na inclusão. Todos têm direito ao trabalho, mas não basta criar lei de cotas e direitos Trabalhistas da PcD, sem a devida inclusão.

Outro exemplo, a educação inclusiva. As escolas estão preparadas de fato para a inclusão? São muitas as dificuldades ainda encontradas pelas PcD no ambiente escolar no que se refere a suas singularidades. Isso que a escola é o local ideal para disseminar e propagar a cultura em direitos humanos e aprender a conviver com a diversidade, mas a própria escola precisa se educar para os direitos humanos primeiro. A Educação é o caminho de maior eficácia para a mudança e respeito aos direitos humanos.



O Brasil é um país com imensas desigualdades e diversidades, de modo que há muito ainda para se discutir sobre o tema dos Direitos Humanos.

Isto posto, nossa primeira entrevista desta edição temática foi realizada com a Fabiana de Souza Medeiro, que está como Diretora de Gente & Cultura da Cooper. Os tutores internos da pós-graduação Tania Regina Wecker e Gildo Peixer convidaram a Fabiana para conceder essa entrevista pois acreditam que a empresa realiza um trabalho importante no que se refere à contratação de PCDs, cumprindo sua responsabilidade social. Quando falamos nesse tema, percebe-se que a falta de conhecimento pode ser uma das maiores barreiras. Por exemplo, você sabe a diferença entre integração e inclusão? Confira a nossa entrevista!

Se por um lado as PCDs encontram muitos desafios ainda no mercado de trabalho, as adversidades dessa jornada já começam no período escolar. Por isso, nossa segunda entrevista foi realizada com a especialista em Educação Especial, Aline Lidianne Freitas Toniolo. A tutora interna Sara Talitiane Viana Machado Leandro de Lima interroga a convidada sobre sua trajetória, experiência na Educação Especial e os desafios encontrados para promover uma educação realmente inclusiva no Brasil.

Na sequência, nossa tutora interna da área de Direito, Natana Martins Alves Ferneda, compartilha algumas reflexões sobre as penas em casos de crime contra vulneráveis, crime de racismo e violência contra a mulher com o ensaio “Garantias da Igualdade e Direitos Humanos em tempos de ódio”.

Abrindo o bloco de artigos, temos o trabalho intitulado “Trajetória e legislações das políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência” de Leandro Aparecido do Prado. Com o objetivo de compreender a trajetória da pessoa com deficiência ao longo da história e, analisar as políticas públicas de inclusão, bem como os documentos auxiliares que permitiram o acesso a direitos, no Brasil, o artigo se justifica pois conhecer e estudar políticas públicas sociais é de fundamental importância para o atendimento das necessidades de grupos menos favorecidos.

Seguindo nossa discussão, o artigo “Como combater o feminicídio no Distrito Federal”, de Gabriel da Silva Rodrigues, apresenta a importância do planejamento estratégico para a proteção da vida e a extinção do feminicídio, utilizando ferramentas de *Business Intelligence (BI)*, que tem como premissa gerar conhecimento. Sua aplicação pode salvar vidas.

Janaina do Socorro Pimentel da Silva aborda questões relacionadas à Escola, ao aluno e às dificuldades da inclusão social com seu trabalho “Educação Especial e Inclusiva: diante do convívio escolar dos jovens e adultos com deficiência. So-ma-se à reflexão na educação a pesquisa “A construção do processo da leitura e escrita com alunos diagnosticados com deficiência intelectual”, de Eliane da Rosa Serafim, com o intuito de abordar o processo de construção da leitura e escrita, envolvendo alunos diagnosticados com Deficiência Intelectual e, também, trazer algumas reflexões quanto à deficiência intelectual e o trabalho pedagógico a ser proposto nestes casos.

De acordo com o último Censo Escolar realizado no Brasil, em 2021, registrou-se um aumento de 280% no número de estudantes com TEA matriculados em escolas públicas e particulares apenas no período entre 2017 e 2021. O que reforça a necessidade de estudos que favoreçam a inclusão como o trabalho da Bruna Késsia Teodósio Santos, “Transtornos do Espectro autista (TEA): pontos e contrapontos da Inclusão”.

O último trabalho desta edição foi realizado pela Débora Araújo da Silva Ferraz, “Problemas cognitivos: para além das síndromes e transtornos”, com o objetivo principal de refletir sobre as dificuldades de aprendizagem apresentadas por crianças sem transtornos cognitivos, chamando a atenção para a necessidade de analisar os fatores que podem contribuir para desordens de aprendizagens em crianças que não apresentam transtornos, síndromes, dificuldades ou distúrbios totalmente diagnosticados.

Ademais, esta edição apresenta sugestões de leituras, filmes e séries.

Boa leitura!

# ÍNDICE

**8** Entrevistas

Dicas de Leitura **13**

**14** Dicas de Filme

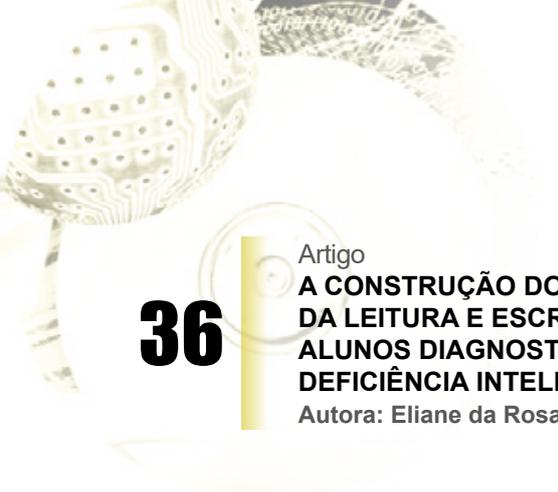
Dicas de Séries **16**

**17** Artigo  
**GARANTIA DE IGUALDADE  
E DIREITOS HUMANOS  
EM TEMPOS DE ÓDIO**  
Autora: Natana Martins Alves Ferneda

Artigo  
**TRAJETÓRIA E LEGISLAÇÕES  
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
INCLUSÃO PARA PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA**  
Autor: Prof. Dr. Leandro  
Aparecido do Prado **21**

**26** Artigo  
**COMO COMBATER O FEMINICÍDIO  
NO DISTRITO FEDERAL**  
Autor: Gabriel da Silva Rodrigues

Artigo  
**EDUCAÇÃO ESPECIAL E  
INCLUSIVA: DIANTE DO CONVÍVIO  
ESCOLAR DOS JOVENS E  
ADULTOS COM DEFICIÊNCIA.  
ESCOLA E ALUNO, AS  
DIFICULDADES ENQUANTO  
A INCLUSÃO SOCIAL**  
Autora: Janaina do Socorro  
Pimentel da Silva **31**



**36**

Artigo

**A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO  
DA LEITURA E ESCRITA COM  
ALUNOS DIAGNOSTICADOS COM  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Autora: Eliane da Rosa Serafim

**41**

Artigo

**TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA (TEA): PONTOS E  
CONTRAPONOS DA INCLUSÃO**

Autora: Bruna Késsia Teodósio Santos

**46**

Artigo

**PROBLEMAS COGNITIVOS:  
PARA ALÉM DAS SÍNDROMES  
E TRANSTORNOS**

Autora: Débora Araújo da Silva Ferraz

## ENTREVISTAS

### ENTREVISTA COM FABIANA DE SOUZA MEDEIRO

ENTREVISTADORES TANIA REGINA WECKER  
E GILDO PEIXER



Fabiana de Souza Medeiros  
Diretora de Gente & Cultura

### PERGUNTA 1

Quando falamos em processo seletivo para PCD (pessoas com deficiência), a falta de conhecimento pode ser uma das maiores barreiras para a criação de um processo efetivamente inclusivo. Dessa forma, a busca por informações e a preparação prévia da equipe se mostram como fator decisivo para a promoção de um processo seletivo adequado. Nesse sentido, existem diversos tipos de deficiências, não podemos generalizar os candidatos no processo seletivo. Dito isso, de que forma acontece a preparação para o processo seletivo de um PCD? Como é feito a seleção e entrevista?

De forma individual, pois cada indivíduo tem suas especificidades e a forma como buscar individualidade é única e singular, assim facilita encontrar o candidato com mais assertividade para determinada função.

### PERGUNTA 2

A contratação de PCD envolve responsabilidade social. Apesar dos avanços, hoje ainda temos inúmeras empresas que praticam a integração ao invés da inclusão. Na integração, o PCD se adapta à sociedade. Na inclusão, PCD e sociedade se adaptam juntos. O papel do RH é de extrema importância no auxílio da inclusão. Diante desse contexto, quais são os maiores desafios enfrentados pelo RH nas empresas na hora de trabalhar a inclusão?

A falta de mão de obra qualificada dificulta a contratação, acredito que a cota obrigatória faz com que tenha muitas ofertas e poucos profissionais capacitados, facilitando assim a rotatividade em massa, uma vez que todas as empresas trabalham com cotas obrigatórias.

### PERGUNTA 3

A sensibilização para a inclusão de pessoas com deficiência é o primeiro passo para a inclusão. Para que seja possível sensibilizar e fazer a inclusão com o PCD e os demais colaboradores, as empresas precisam pensar na cultura e clima organizacional a partir da inclusão. Quais são as ferramentas mais importantes do RH para que o processo de inclusão seja assertivo e de longo prazo? Quais são as atividades de sensibilização que vocês praticam e recomendam?

Ao fazer o processo seletivo, buscar entender as limitações e desejos do candidato, imaginando o cenário, ambiente de trabalho com o colaborador na função, para sermos assertivos na contratação e que a permanência do colaborador seja de longo prazo. Fazer com que o colaborador seja pertencente e incluir ele nas atividades de forma natural, respeitando a limitação de cada indivíduo.

## PERGUNTA 4

No cenário atual, é comum as empresas deixarem de contratar PCD por não terem um ambiente totalmente acessível. Para que o PCD se sinta parte do time, é necessário que não somente a empresa, gestores e RH sejam responsáveis pela inclusão, mas todos enquanto cidadãos. Quanto ao acolhimento, com a estrutura frágil que as empresas ainda tem, como é feito esse acolhimento a partir da responsabilidade social?

Fazer a inserção do profissional, tornando-o pertencente, tratando com igualdade e buscando o desenvolvimento, buscamos fazer com que o colaborador se sinta bem no ambiente de trabalho, acolhido e de forma igualitária como todos nós seres humanos merecemos, aqui na Cooper todos são tratados com muito respeito.

## PERGUNTA 5

Quais dicas dariam para as demais empresas sobre esse tipo de ação?

Não olhar somente para a cota, valorizar cada indivíduo e suas particularidades, ter sempre um ambiente saudável e respeitoso.

## ENTREVISTA COM ALINE LIDIANE FREITAS TONIOLO

ENTREVISTADORA: SARA TALITIANE  
VIANA MACHADO LEANDRO DE LIMA

### PERGUNTA 1

**Para iniciar, gostaríamos de ouvir um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e profissional. Quando surgiu o interesse em se especializar em inclusão escolar?**

Iniciei a minha graduação com 31 anos de idade. Minha primeira escolha não era pelo curso de Pedagogia e sim o Direito, porém como na época os recursos financeiros eram limitados, optei pelo curso de Pedagogia. Na época, eu não sabia nada de Educação Especial ou Inclusão Escolar. Me lembro que, no primeiro dia de aula, tinha um rapaz que parecia “diferente”. Como nas escolas, na faculdade não era diferente, o primeiro dia de aula foi de apresentações. Quando esse rapaz se apresentou, falou seu nome e idade, disse que gostaria de ter entrado para o curso de Letras – Inglês/ Português, mas não abriu turma e ele resolveu fazer Pedagogia, se apresentou como autista e explicou que tinha Síndrome de Asperger - hoje não utilizamos mais esse termo, denominamos Transtorno do Espectro Autista - TEA. Após uma semana de curso, eu sabia que queria atuar com pessoas com deficiência. Assim, tenho formação em Pedagogia, Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Educação especial. Me especializei em nível de pós-graduação em Educação Especial com ênfase em LIBRAS, em Neuropsicopedagogia, em Psicomotricidade Clínica e Educação Infantil e em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Na minha atuação profissional, iniciei a atuar com a inclusão escolar na Educação Infantil, em Americana, no interior de São Paulo. A criança que eu acompanhava tinha X-frágil. Quando vim morar em Blumenau, em 2017, comecei a atuar na sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE com alunos do

Formada em Pedagogia, pelo UNISAL, Americana-SP. Pós-graduada em Educação Especial com Ênfase em Libras, pela FACON-SP, especialização em Neuropsicopedagogia, pela Uniasselvi, especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela Uniasselvi, especialização em Educação Infantil e Psicomotricidade Clínica, pela Faveni, licenciada em Letras – Português e Educação Especial, pela Faveni. Possui vasta experiência em Educação Especial, atuando em ensino regular e superior, além de palestras e elaboração de conteúdo para área.



Ensino médio. Trabalhei também, com orientação aos professores das classes regulares, sobre como lidar com o processo de inclusão de crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do município de Blumenau. Em todas as áreas citadas acima, foi necessário que eu fizesse o trabalho de inclusão dos alunos em suas salas de aula.

### PERGUNTA 2

**“Por onde começo? O que e como faço?” São questionamentos comuns de professores ao se depararem com algum aluno com deficiência em sala de aula. Desse modo, nossa preocupação se volta para as instituições que formam esses professores, principalmente os docentes da educação básica. Como você vê a distância entre a formação ofertada nos cursos de licenciatura e a realidade da vida escolar no que se refere ao processo de inclusão escolar?**

Como tudo na teoria é bonito, eu sempre digo: “Não se iluda. Não adianta brigar, faça somente o que você dá conta”. Quem entra para a Educação Especial acha que tudo será uma constante “briga”, briga por vaga na escola, briga por professor de apoio pois a criança tem direito, enfim, brigas. A Pedagogia por si só não habilita o professor a atuar na Educação Especial, para isso, há alguns cursos de especialização que atendem a essa lacuna. A primeira coisa a se fazer, é não se desesperar. O aluno já está matriculado na escola e em sua sala de aula, o que você deverá fazer como mediador nesse processo é entender todo o contexto dessa criança para poder agir. É importante que se tenha conhecimento sobre o assunto, mesmo que seja o

básico, para poder atuar em sala de aula com o aluno com deficiência. As instituições que formam professores não podem ofertar uma formação com conteúdo superficial, teoria e prática devem caminhar uniformemente na formação dos futuros profissionais da educação, enfim, há sempre o que melhorar na formação dos professores em nível de graduação. Na atualidade, o profissional da educação não possui valorização no que se diz respeito a remuneração e às condições de trabalho. Porém, o conhecimento é muito importante, deve-se trabalhar de forma mais concreta. O processo de inclusão escolar está longe do ideal que se espera para as instituições educativas, em algumas instituições na qual tive a oportunidade de atuar como professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE, experienciei espaços em que o discurso traz a inclusão escolar, porém na prática se passa longe da inclusão. Muitas vezes, quando são crianças, são os alunos que ficam no fundo de uma sala de aula com massinha de modelar, sem nenhum apoio e estímulo para o seu desenvolvimento. Estão colocando alunos com deficiência em uma mesma turma sem os profissionais serem capacitados, é preciso ter acolhimento com a família e o aluno, compreender todas as demandas desse aluno e inseri-lo de forma correta junto a turma. O mais importante é ter conhecimento teórico e conhecer o aluno.

## PERGUNTA 3

**Sabemos que a educação continuada se torna uma aliada na formação de qualquer profissional. Qual a importância que você atribui aos profissionais da educação de estarem em constante capacitação para o fomento da inclusão escolar? A responsabilidade em buscar essa formação deve ser atribuída apenas ao profissional da educação, ou as instituições escolares também precisam atuar com maior efetividade?**

Como dito anteriormente, a educação continuada é muito importante para o aprimoramento do conhecimento profissional e para a efetivação da inclusão escolar da maneira adequada para os alunos. A inclusão escolar deve ser enxergada na perspectiva de que não são apenas os alunos com deficiência que devem estar envolvidos no processo da inclusão, mas também o envolvimento de todos os indivíduos do contexto escolar. Acredito que a capacitação deva vir dos dois lados, tanto da instituição quanto dos professores e profissionais da educação em geral. Eu particularmente nunca esperei que a instituição que eu atuava me oferecesse algum tipo de educação continuada para me aprimorar na

temática em questão, pois tenho o compromisso com a minha atuação profissional de sempre oferecer o melhor como pessoa e profissional. No entanto, considerando o panorama social no nosso país, principalmente a remuneração docente, acredito sim ser de suma importância a contribuição e engajamento das instituições escolares em buscarem capacitação e aprimoramento para os profissionais da educação. Pode ser em parceria com as prefeituras, a realização de convênios com universidades e faculdades quando possível, a articulação de grupos de estudos entre os próprios docentes da instituição escolar. Já como sociedade civil devemos nos inteirar sobre as políticas públicas voltadas para esse tema, e cobrarmos maior ação dos órgãos legisladores sobre a inclusão escolar.

## PERGUNTA 4

**Qual a relação ideal entre escola e família no processo de inclusão escolar? Acrescento ainda, na atualidade, como a família compreende o seu papel juntamente a escola?**

A família participativa é essencial na escola. Para o aluno com deficiência é uma relação ainda mais importante. Se a família estiver ali para auxiliar no desenvolvimento e conseguir com que a escola esteja nessa empreitada, isso facilita muito. Tudo começa na escola, a criança aprende a dividir, compartilhar, doar, brigar, se defender, chorar. A família é muito importante nesse momento, mesmo que não esteja o tempo todo dentro da instituição, seja para colaborar com o desenvolvimento, seja para cobrar o cumprimento dos direitos do aluno por parte da instituição.

## PERGUNTA 5

**Considerando a sua trajetória e experiência, qual sua percepção sobre a temática da educação especial nos debates sociais? Quais os maiores desafios para promover uma educação realmente inclusiva no Brasil?**

Quem atua na área da Educação Inclusiva sabe que ainda temos muito para avançar, seja no aspecto das estruturas físicas, na formação de professores, na adequação do currículo escolar, no planejamento, enfim, acredito que hoje estamos caminhando para que possamos um dia colher os frutos. Em minha visão, o maior desafio para promover a inclusão no Brasil são às pessoas que são capacitistas e, muitas vezes, preconceituosas. A família em geral, está sempre apoiando os filhos,

levando em terapias (quando tem condições financeiras para custear), muitas vezes, brigando para que eles tenham seu espaço de direito reservado, nessa minha trajetória, foram poucos casos que observei a família deixando o filho de lado. As leis que foram aprovadas precisam ser cumpridas de verdade, acredito que não se deve ter que contratar um advogado para ter seus direitos garantidos. Professores com mais tempo de atuação na educação, não gostam de mudar a forma que trabalham, aprenderam desse jeito e deu certo até agora, qual o motivo de mudar? Simples, a educação evoluiu e as pessoas não são iguais e não aprendem da mesma forma, por isso a importância da evolução. Faltam materiais, ambientes adequados, profissionais qualificados, estruturas na saúde, assistência social e educacional para melhorar o atendimento das pessoas com deficiência.

## PERGUNTA 6

**Para finalizar, sabemos que o profissional da educação não deve esperar se deparar com uma situação para buscar formação específica, assim, quais os primeiros passos que o docente deve ter para se aprofundar no universo da educação especial e da inclusão escolar?**

Primeiro passo é gostar de atuar com pessoas com deficiência. Depois, é necessário que tenha capacitação para tal como: pesquisas, fazer cursos de qualificação na área da Educação Especial, especialização nas áreas pretendidas.



# DICAS DE LEITURA



## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRÁTICA

**Autor:** Rodrigo Hübner Mendes

O livro foi organizado por Rodrigo Hübner Mendes, apresenta experiências reais de estudantes brasileiros com deficiência em sala de aula. Recomendado por profissionais envolvidos com a Educação Inclusiva e pessoas com deficiência, o livro também traz informações conceituais e análises que o tornam referência para pesquisa.

A obra pode ser acessada em [mod.lk/edinclus](http://mod.lk/edinclus). O download do arquivo é gratuito na versão Epub e PDF.

Fundação Santillana / Moderna, 2020



## ESTRANHOS À NOSSA PORTA

**Autor:** Zygmunt Bauman

Educação inclusiva na prática Autor: Rodrigo Hübner Mendes O livro foi organizado por Rodrigo Hübner Mendes, apresenta experiências reais de estudantes brasileiros com deficiência em sala de aula. Recomendado por profissionais envolvidos com a Educação Inclusiva e pessoas com deficiência, o livro também traz informações conceituais e análises que o tornam referência para pesquisa. A obra pode ser acessada em [mod.lk/edinclus](http://mod.lk/edinclus). O download do arquivo é gratuito na versão Epub e PDF. Fundação Santillana / Moderna, 2020

Zahar, 2017



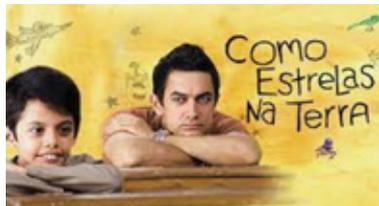
## EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: HISTÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Autor:** Marcos J. S. Mazzotta

Este livro analisa e crítica as várias medidas educacionais brasileiras, ademais de fazer um percurso pelos principais momentos históricos, traçando a evolução do atendimento educacional no que se refere às pessoas com deficiência no Brasil.

Cortez, 6ª edição, 2017

## DICAS DE FILMES



### COMO ESTRELAS NA TERRA

**Lançamento:** 2007 (Índia)

**Direção:** Aamir Khan

**Duração:** 2h43min

Este livro analisa e crítica as várias medidas educacionais brasileiras, ademais de fazer um percorrido pelos principais momentos históricos, traçando a evolução do atendimento educacional no que se refere às pessoas com deficiência no Brasil.



### EXTRAORDINÁRIO

**Lançamento:** 7 de dezembro de 2017 (EUA)

**Direção:** Stephen Chbosky

**Duração:** 1h 51min

Auggie Pullman nasceu com uma deformidade facial e precisou passar por 27 cirurgias plásticas. Aos 10 anos, ele finalmente começa a frequentar uma escola regular, como qualquer outra criança, pela primeira vez. Adaptação do livro homônimo escrito por R.J. Palacio, relata as dificuldades do garoto para conseguir se encaixar em sua nova realidade.



### MEU NOME É RÁDIO

**Lançamento:** 2003 (EUA)

**Direção:** Michael Tollin

**Duração:** 1h 49min

Em uma cidade dos Estados Unidos dividida por raça em 1970, onde o treinador Jones encontra faz amizade com um estudante com dificuldades de aprendizagem chamado. Rádio se torna seu assistente, o diretor Daniels percebe que a autoconfiança de Rádio aumentou. Porém, as coisas ficam complicadas quando Jones recebe reclamações dos torcedores, que sentem que sua amizade por Rádio está interferindo na sua busca pela vitória do campeonato. Baseado na história de James "Radio" Kennedy



## O QUARTO DE JACK

**Lançamento:** 2016

**Duração:** 1h 58min

**Direção:** Lenny Abrahamson

**Roteiro:** Emma Donoghue

O quarto de Jack, com 4 indicações ao Oscar, foi escrito por Emma Donoghue a partir de seu livro. A história é contada a partir do ponto de vista inocente de Jack, uma criança que vive com sua mãe isolados em um quarto. O único contato que eles têm com o mundo exterior é a visita periódica do Velho Nick, que os mantém em cativeiro. Aquele quarto é tudo o que Jack conhece, mas sua mãe planeja uma fuga para que o pequeno possa descobrir o mundo lá fora.

## DICAS DE SÉRIES



### ATYPICAL

**Lançamento:** 2017 (EUA)

Nessa série da Netflix acompanhamos a rotina de Sam Gardner. Diagnosticado no espectro autista ainda na infância, Sam busca por sua independência, namorada e ida à universidade. O ponto alto da série é tratar a pessoa com autismo sem sensacionalismos, passando por vários aspectos familiares e conflitos diversos.



### UMA ADVOGADA EXTRAORDINÁRIA

**Lançamento:** 2022 (Coréia do Sul)

Woo Young Woo é uma advogada de 27 anos no espectro autista. Com um QI altíssimo, ela consegue trabalhar em um grande escritório de advocacia, resolvendo casos criminais incomuns e complexos. Porém sua vida social parece ser o mais complicado.

## ARTIGOS

GARANTIA DE  
IGUALDADE E  
DIREITOS HUMANOS  
EM TEMPOS DE ÓDIO

Diante do cenário em que vivemos com o intenso avanço da tecnologia e o fácil acesso às diversas redes sociais disponíveis, a sociedade se vê bombardeada de informações. Dentre essas informações as manifestações de raiva, ódio e violência sempre causam impactos na sociedade.

Além dessa repercussão negativa, a quantidade de informação propagadas em um pequeno espaço de tempo causa a sensação de que aquilo que em poucos minutos era uma novidade já é uma notícia velha. Dessa forma, percebe-se que a constante evolução tecnológica é assustadora.

Nesse ponto, cabe um esclarecimento de que crimes sempre existiram, tendo como os mais comuns: homicídio, furto, roubo e vários outros. Contudo, as transformações da sociedade acabaram repercutindo no surgimento de novos tipos penais, por isso a necessidade da legislação se adaptar para acompanhar o processo de crescimento da sociedade. Assim, chega-se ao ponto principal dessa abordagem, qual seja, o aumento da violência, o surgimento de condutas consideradas típicas versus as novidades legislativas.

Com mundo praticamente na palma das nossas mãos, a facilidade no acesso às informações resulta em um lado positivo e negativo no uso da internet. O lado positivo é aumentar a rede de contatos no intuito de fazer amigos virtuais, iniciar relacionamentos amorosos ou de trabalho, fazer transferências bancárias em poucos minutos sem necessidade de pegar filas em banco ou lotéricas, além de tudo isso, o acesso à educação através do EAD pode alcançar inúmeros alunos em cada canto do Brasil.

Autora:

**Natana Martins Alves Ferneda**

Tutora interna da Pós-Graduação Uniasselvi. Advogada. Graduada em Direito (FAE Blumenau). Pós-Graduada em Processo Civil (Complexo Jurídico Damásio de Jesus). Pós-Graduada em Docência em Ensino Superior (UNIASSELVI). Direito Penal (UNIASSELVI). Contato: natymalves@hotmail.com.



Por outro lado, é possível observar as consequências negativas da má utilização da tecnologia, tendo em vista o crescimento alarmante do cometimento de crimes que assolam a sociedade como um todo, sejam crimes contra a vida, contra o patrimônio, contra a honra, crimes sexuais, entre outros. Consequentemente, condutas como essas desafiaram e ainda desafiam o mundo jurídico que, por sua vez, faz com que leis sejam criadas, alteradas ou revogadas.

A mídia de um modo geral além de exercer o seu papel como meio de comunicação voltado aos acontecimentos da sociedade traz a repercussão que cada assunto pode gerar, sendo que crimes de maiores proporções ganham espaço nas nossas telas seja da TV, do tablet, do celular...

No ano de 2021, por exemplo, veio à tona o caso “Henry Borel”, para quem não lembra, ele foi espancado até a morte, tendo a sua mãe e seu padrasto como principais suspeitos. Naquela época a legislação vigente previa sanções para o cometimento desse tipo de crime, todavia, devido à grade repercussão, veio ao conhecimento da população as penas aplicadas que poderiam ser aplicadas ao caso, a proporção foi ainda maior, tendo em vista a previsão de penas tão brandas tamanha a crueldade que envolveu o ocorrido.

Com isso, uma nova lei foi publicada, a Lei nº 14.344/2022, conhecida como “Lei Henry Borel” que prevê o aumento da pena do homicídio contra menores de 14 anos e reforça medidas protetivas em favor da vítima.



Fonte: <<https://bit.ly/3HFRPEE>>. Acesso em: 03 mai.2023.

Com o advento dessa lei, o Código Penal, sofreu a seguinte alteração:

#### **Homicídio qualificado**

§ 2º Se o homicídio é cometido:

Homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência IX - contra menor de 14 (quatorze) anos: (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

(...)

§ 2º-B. A pena do homicídio contra menor de 14 (quatorze) anos é aumentada de: (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

I - 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é pessoa com deficiência ou com doença que implique o aumento de sua vulnerabilidade; (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência II - 2/3 (dois terços) se o autor é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela. (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)

A esperança é que barbáries como essas não passem despercebidas diante da aprovação de leis mais severas e, conseqüente, proporcionem a garantia ao direito à igualdade e aos direitos humanos às crianças e adolescentes, tendo em vista a sua vulnerabilidade.

Outro assunto, que desperta muita revolta, são os casos de racismo e injúria racial. Diante de vários acontecimentos recentes, outros nem tanto, o tema sempre envolve repercussões e polêmicas em virtude de que várias notícias são propagadas

diariamente, algumas de caráter racista e preconceituoso.

Antes de adentrar no assunto da promulgação da nova lei sobre injúria racial, faz-se necessário esclarecer algumas diferenças sobre os referidos crimes, nas palavras de Sanches (2022): “A injúria racial ocorre quando uma pessoa é ofendida por conta da sua raça, cor da pele, religião, etnia ou origem. O crime de racismo por sua vez é destinado a um grupo de pessoas. Dessa forma, o preconceito e a discriminação resultam numa restrição de direitos”.

Em relação à sanção, a injúria racial não possuía a característica de inafiançável e imprescritível, como na Lei de Crime Racial que aparece no texto da Constituição, contudo, essa modificação já passa a valer a partir da data de sua publicação que ocorreu em 11 de janeiro de 2023.

Ainda, nessa mesma temática que a anterior, ao acompanhar os acontecimentos que ocorrem na sociedade, o direito por ser uma ciência jurídica tem como dever e obrigação acompanhar todos os desdobramentos. Na falta de previsão legal de determinada conduta, é preciso estimular os nossos representantes no Congresso Nacional para que editem e, posteriormente, promulguem leis que atendam à demanda da sociedade.

Por oportuno, cabe destacar que a depender do pedido de ajuda, já se trata de um grito de socorro. A título de exemplo podemos mencionar as inovações trazidas pela lei sobre injúria racial,

por isso sua análise merece destaque no principal tema proposto, qual seja, igualdade e direitos humanos.

Foi publicada no Diário Oficial da União a sanção do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva

à [Lei 14.532, de 2023](#), que tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo.



Fonte: <<https://bit.ly/41b6xdM>>. Acesso em: 03 mai.2023.

Essa lei, também alterou a redação do art. 140 do Código Penal:

Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)

A Lei 14.532/23 modifica novamente o conteúdo da qualificadora do art. 140, §3º, do CP, que passa a ter a seguinte redação:

“§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência:

Pena – reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.”

Além da alteração no Código Penal, a Lei de Racismo (Lei n. 7.716/89) passou por algumas alterações ao longo do tempo, com isso esta nova Lei n. 14.523 de 2023 trata da mudança mais recente incluída em seu texto. Observe as alterações ocorridos:

Código Penal antes da Lei 14.532/2023	Código Penal depois da Lei 14.532/2023	Lei de Racismo depois da Lei 14.532/2023
<p>§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)</p> <p>Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.</p>	<p>§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência: (Redação dada pela Lei nº 14.532, de 2023)</p> <p>Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.</p>	<p>Art. 2º - A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)</p> <p>Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)</p> <p>Parágrafo único. A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas (Incluído pela Lei nº 14.532, de 2023)</p>

Como se não bastasse, outro desafio que existe tanto para a sociedade quanto para as vítimas e demais autoridades é o combate à violência contra a mulher. Desde 2006, com o advento da Lei Maria da

Penha (Lei 11.340/2006), várias conquistas foram realizadas com medidas aplicadas em prol das vítimas desse crime tão cruel e covarde que ainda está enraizado em nossos costumes de convivência.

Contudo, novas condutas seguem sendo tipificadas e elencadas em nosso ordenamento jurídico, a exemplo destaque-se a Lei 14.188/2021 que criou o programa “Sinal vermelho”, introduziu no Código Penal a lesão corporal simples cometida contra a mu-

lher por razões da condição do sexo feminino como uma nova qualificadora do crime de lesão corporal tipificada em seu art. 129, além disso considera crime a violência psicológica como. Por fim, inseriu nova redação ao artigo 12-C da Lei Maria da Penha.



Fonte: <<https://bit.ly/427df5J>>. Acesso em: 03 mai.2023.

Nova redação do caput do art. 12-C da Lei 11.340/2006:

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: (Redação dada pela Lei nº 14.188, de 2021)

I - pela autoridade judicial; (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de

urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)

Obviamente, que os crimes continuarão acontecendo, infelizmente e, inevitavelmente teremos conhecimento de algumas práticas ilícitas, mas medidas devem ser adotadas pelos envolvidos para que o cometimento desses crimes e tantos outros sejam ao menos reduzidos. Contudo, cabe aos poderes legislativo, judiciário e executivo atuarem juntos no combate às atrocidades que a raça humana é capaz de cometer.

O que resta é cumprir e exercer o nosso papel como cidadãos e torcer por dias melhores, por dias de paz, por garantia de direitos aos grupos minoritários ou mais vulneráveis e a consciência de cada um em abraçar essa causa de combate a diversos tipos de violência e respeitar as leis vigentes no país sobre esses assuntos delicados que foram tratados aqui, bem como tantos outros que por oportuno não foram objeto de análise.

## ARTIGOS

TRAJETÓRIA E  
LEGISLAÇÕES DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE INCLUSÃO  
PARA PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA

Autor:

**Prof. Dr. Leandro Aparecido do Prado**  
Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR (2022). Mestre em Educação pelo Centro Universitário Internacional UNINTER (2018). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade UNICESUMAR (2015). Especialista em Educação a Distância: gestão e tutoria; Educação especial inclusiva; Psicomotricidade e o processo de ensino aprendizagem - UNIASSELVI (2023). Graduado em Pedagogia pela Universidade UNICESUMAR (2021). Graduado em Administração pela Universidade UNICESUMAR (2016). Experiência como professor no ensino superior nos cursos de Administração e Pedagogia, tutoria educacional, produção de conteúdo didático e gravação de aulas para EAD. Experiência como pedagogo e instrutor no Programa Jovem Aprendiz e no Projeto Qualificação Vinculada de inclusão para Pessoas com Deficiência do Centro Universitário Internacional Uninter. Intercâmbio na Universidade de Salamanca (ES), no ano de 2018, pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Pesquisador do Projeto Políticas educacionais: concepções e práticas da PUCPR.



## Resumo

Este estudo tem como objetivo compreender a trajetória da pessoa com deficiência ao longo da história e analisar as políticas públicas de inclusão, bem como os documentos auxiliares que permitiram o acesso a direitos, no Brasil. Para isso, utilizou-se a metodologia bibliográfica e documental com base em autores como Manacorda (1989) e Mazzotta (2011); também fizeram parte dessa análise as principais leis da educação Lei n.º 4.024 (1961), Lei n.º 5.692 (1971), Lei n.º 9.394 (1996), a Constituição Federal de 1988, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, n.º 13.146 (2015) e outras. A discussão do tema se justifica por entendermos que a única forma de mudar o curso da história e a cultura da sociedade é por meio da educação. Com base nas leituras e reflexões realizadas foi possível constatar que conhecer e estudar políticas públicas sociais é de fundamental importância para o atendimento das necessidades de grupos menos favorecidos.

**Palavras-chave:** Palavras-chave: Educação; Inclusão; Políticas públicas.

## INTRODUÇÃO

As raízes do preconceito são antigas e por vezes nos levam a criarmos uma imagem que se distancia da realidade, ferindo o direito do outro no que tange a sua dignidade. Para isso, essa pesquisa tem como objetivo compreender a trajetória da pessoa com deficiência ao longo da história e, analisar as políticas públicas de inclusão, bem como os documentos auxiliares que permitiram o acesso a direitos, antes negados.

A discussão do tema se justifica por entendermos que a única forma de mudar o curso da

história e a cultura da sociedade é por meio da educação. Para a pesquisa optamos por uma metodologia bibliográfica e documental, partindo de uma perspectiva histórica cultural, com base em autores como Pessotti (1984), Carvalho (2000) e Santos (2002). Quanto a legislação, a Constituição Federal de 1967 e 1988, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 4.024/61, n.º 5.692/71 e n.º 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146, de 6 de jul. de 2015) e outras deram subsídios para que pudessemos discutir e apresentar um novo panorama acerca da inclusão.

## DESENVOLVIMENTO

Ao observar a história, é possível constatar que muitos eventos influenciaram a história da deficiência e do deficiente no Brasil. Quanto ao conceito de deficiência, este desenvolveu-se no decorrer dos tempos, influenciado por diversas culturas e transformações sociais, que deram significados diferentes em sua trajetória.

Para Manacorda (1989) e Santos (2002), em relação à forma de tratamento dos deficientes, encontramos poucos escritos, com relatos datados anteriores à Antiguidade. Os textos que descrevem a sociedade no período da antiguidade apontam que a divisão de classes se fez presente ao longo da história diferenciando dominantes e dominados. Às classes dominantes eram responsáveis pelo pensar, às classes dominadas competiam o trabalho e as guerras, já os deficientes, independente da condição social não se enquadravam ao pensamento da época, pois eram vistos pela sociedade como incapazes.

Na antiguidade, os escritos de Platão (427-399 a. C.) e depois, Aristóteles (384 - 322 a. C.), segundo Pessotti (1984), demonstram que a prática do abandono à morte dos deficientes era admitida pela sociedade em nome do equilíbrio social e da organização política. Os deficientes, particularmente os com comprometimento mental, como os homens do povo, eram considerados pela nobreza como sub-humanos, pois não exerciam nenhum poder político e não eram responsáveis pela sua própria subsistência, diante disso, o abandono e extermínio dos deficientes eram práticas aceitáveis, já que esses indivíduos não se enquadravam nos modelos estéticos da organização sociocultural e política da sociedade da época (PESSOTTI, 1984; ARANHA, 2001).

A luta das pessoas com deficiência pela vida e posteriormente para ter os seus direitos básicos atendidos é narrada por Patton, Payne & Beirne-Smith (1985), citado por Carvalho (2000) que fazem um resgate da história. Até os anos de 1700, a sociedade apresentava comportamentos e percepções variadas em relação ao deficiente, principalmente ao mental. A percepção da sociedade por concepções sociopolíticas aplica-se também às

demais deficiências, pois eram vistos todos como iguais. A contradição se apresentava quando a sociedade da época compreendia os deficientes ora como demônios ora como detentores de dons, poderes ou revelações divinas.

Nesse período, segundo Mazzotta (2011), os serviços de atendimentos, quando havia, ocorriam em mosteiros que ofereciam cuidados e amparo para as pessoas com deficiências e eram realizados por religiosos, no entanto, ainda não havia a preocupação com o desenvolvimento e o tipo de atendimento que era destinado para esse público, o que demonstra que esses eram de caráter assistencialista.

A dissociação entre a deficiência e o religioso, segundo Santos (2002) sofreu influência de nomes como Paracelso (1493-1541), Cardano (1501-1576) e posteriormente Esquirol e Alfred Binet, médicos da época que, passaram a considerá-la uma um problema de ordem médica, e não mais teológica, dando espaço a concepção científica da deficiência. Os anos entre 1700 e 1860 foram marcados pelo humanismo renascentista, em que ganhava destaque o valor das pessoas como seres humanos e seu direito à oportunidade de desenvolver suas potencialidades.

Os anos entre 1860 e 1890 foram marcados por uma mudança de atitude quanto à possibilidade de integração das pessoas com deficiência na comunidade. As poucas iniciativas quanto aos atendimentos voltados aos deficientes haviam tido resultados positivos, mas não atendiam às expectativas da sociedade da época, os esforços não levavam a mudanças significativas, que capacitasse as pessoas com deficiência para a integração e participação.

Posteriormente, entre 1890 e 1925, o movimento eugênico ainda era presente, Francis Galton defendia o controle genético e as descobertas de Mendel acerca das leis da hereditariedade reforçavam o pensamento de Galton a respeito das implicações genéticas das deficiências mentais. A psicologia desenvolvida por Alfred Binet (1857-1911) ganhou força, porém os testes de inteligência desenvolvidos na época contribuíram de forma negativa, juntamente com a avaliação psicológica, que

apontava os graus da deficiência e serviam para classificar as pessoas com deficiência mental, que, devido ao mau uso, justificou a exclusão escolar e social de muitas pessoas (CARVALHO, 2000).

Diante disso, era o diagnóstico médico que determinava a deficiência. O método psicológico de Binet complementava o diagnóstico médico. Assim, por meio de testes padronizados, propunha medir as diferenças e classificar os que não se enquadravam nos padrões considerados “normais” da época.

Ao tratar sobre a trajetória da educação especial, as discussões acerca das pessoas com deficiência tiveram início por volta de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que almejava estabelecer regras entre as nações. Para isso, no art. 26, o documento traz a educação como um direito de todos (ONU, 1948).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 4.024/61, dá início às discussões legais que fundamentam o atendimento educacional às pessoas com deficiência. Substituída pela Lei n.º 5.692/71, em 1971, em seu art. 9º, a LDB estabelece que seja dado tratamento especial para os alunos que tenham deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, os quais deverão receber tratamento especial (BRASIL, 1971).

O direito à educação dos deficientes já vinha sendo apontado em alguns artigos da Constituição Federal (CF) de 1967. Porém, a partir da década de 1970, devido às mobilizações de grupos sociais e a organização política da educação especial brasileira, as políticas públicas começaram a apresentar consistência na área educacional. Dessa forma, é importante destacar alguns fatos internacionais que influenciaram as decisões no âmbito educacional brasileiro, como a Resolução da ONU n.º 2.542/75, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), e a Declaração de Salamanca (1994). Assim, as políticas internacionais contribuíram para estruturar a legislação brasileira como a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), revelando a importância da discussão no âmbito da Educação Especial.

Com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973, foram impulsionadas ações voltadas às pessoas com superdotação, ainda configuradas por campanhas assistenciais. Porém, ainda não se efetivou uma política pública de acesso universal à educação de alunos com deficiência, permanecendo a concepção de “políticas especiais”, não sendo organizado um atendimento especializado que considerasse as singularidades de aprendizagem. Com a CF de 1988, deu-se início o processo de definição da estrutura educacional, apresentando avanços em relação à educação dos deficientes, constatada no art. 205 (BRASIL, 1988).

Outro documento relevante da educação brasileira é o ECA (Lei n.º 8.069 de 1990), que, no art. 54, com base no que estabelece o art. 208 da CF de 1988, orienta para o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990). Com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), outros países foram influenciados e deram início à formulação de políticas para a educação inclusiva. Em 1996, a atual LDB n.º 9.394/96 em seu art. 37 preconizou “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB n.º 2/2001, no art. 2º, orienta sobre o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001). Na convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, consta que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena (OSÓRIO, 2007).

O Decreto n.º 6.094/2007 estabelece, dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, o direito ao atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a

inclusão educacional nas escolas públicas. Dessa forma, na perspectiva da Educação inclusiva, pautado nos documentos, em particular na Declaração de Salamanca de 1994, que oficializa o termo inclusão na educação, a escola, como espaço democrático deve acolher a todos, para garantir a inclusão na prática.

No Brasil, em julho de 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146, composta por um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social. No Capítulo IV, acerca do direito à educação, o art. 27 orienta que esta, se constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

## CONCLUSÃO

Como apontam os registros históricos, a concepção da pessoa com deficiência foi se delineando ao longo da história por meio de muitas lutas. Entretanto, o direito inerente à dignidade foi e por vezes ainda é negado a pessoas com deficiência que precisam lutar constantemente para alcançar e manter o seu espaço nos ambientes sociais.

Nesse cenário inclusivo, é importante ressaltar que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos, contudo, isso só será possível com a materialização de políticas públicas que permitam o acesso e a permanência, independentemente das condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as Pessoas com Deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho. UNESP-Marília. Ano XI, n.º. 21, março, p. 160-173, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm). Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 6094/07. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm). Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf](http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf). Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm). Acesso em: 18 dez. 2022.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf). Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 18 dez. 2022.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação, 2000.

MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1989.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2022.

OSÓRIO, Luiz Carlos. Família Hoje. Porto Alegre, 2007.

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Declaração mundial sobre Educação para Todos. Jomtien–Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: [unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf). Acesso em: 17 dez. 2022.

SANTOS, J. B. A dialética da exclusão/inclusão na história da educação de “alunos com deficiência”. Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 11, nº 17, p. 27-44, jan./jun., 2002.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

SANTOS, J. B. A dialética da exclusão/inclusão na história da educação de “alunos com deficiência”. Revista da FAEEBA- Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 11, nº 17, p. 27-44, jan./jun., 2002.

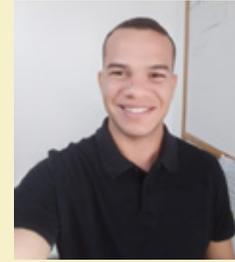
## ARTIGOS

# COMO COMBATER O FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL

Autor:

**Gabriel da Silva Rodrigues**

Pós-graduação: MBA  
em *Business Intelligence* e  
MBA em Contabilidade  
Empresarial (cursando).  
Formado em Gestão  
de *Marketing*. E-mail: gabriel.  
srodrigues@hotmail.com



### Resumo

O feminicídio é o crime apoiado na misoginia, o ódio ao gênero feminino, desses crimes muitas das mulheres morrerão pelas mãos de quem confiavam, demonstrando a crueldade da situação, a maioria das vítimas serão assassinada por quem chamam de marido, amigo ou companheiro. O debate e a extinção do feminicídio são essenciais para o avanço da humanidade, preservando a vida das cidadãs e educando a sociedade no combate a misoginia. Para a proteção da vida dessas mulheres, o planejamento estratégico é importante devido o crime por sua maioria ser praticado dentro dos lares das vítimas, necessitando que o poder público atue ativamente, buscando prever os crimes com base no comportamento dos agressores e das vítimas, foco desta pesquisa que desenvolveu um planejamento estratégico para combater este crime utilizando ferramentas de Business Intelligence (BI), que tem como premissa gerar conhecimento. Sua importante aplicação pode ser comprovada nesta pesquisa, salvando vidas.

**Palavras-chave:** Feminicídio; Business Intelligence; Distrito Federal

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de natureza aplicada se delimita, a analisar os dados apresentado pelo Relatório De Monitoramento Dos Feminicídio No Distrito Federal, elaborado pela Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios (CTMHF) da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), para responder à pergunta problemática que originou a pesquisa, “qual o planejamento para acabar com os crimes de feminicídio no Distrito Federal (DF)?”. Tal relatório apresenta um conjunto de análises com ferramentas de *Business Intelligence* (BI) sobre ocorrências policiais e processos judiciais de feminicídio consumado no DF entre o mês de março de 2015 (mês da promulgação da Lei Federal nº 13.104/2015 - popularmente conhecida como lei do feminicídio) e o dia 31 do mês de dezembro de 2022. No cenário do DF, a violência de gênero é um medo diário vivenciado pela população feminina. Em 2021, a cada 14 dias, uma mulher foi vítima de feminicídio no DF, conforme relatório da CTMHF. Em 2022, os núme-

ros seguiram preocupantes, uma mulher é morta a cada 19 dias. A escolha por esse tema decorre da importância e da necessidade do combate à morte de mulheres devido seu gênero. Os objetivos específicos desta pesquisa é estabelecer o comportamento dos agressores e das vítimas, analisar o ambiente em que as vítimas vivem e estabelecer estratégias e ações para a prevenção dos casos de feminicídio. Caminhando para alcançar o objetivo geral que é construir um planejamento estratégico da prevenção do feminicídio, auxiliando na escolha de instalações de bases descentralizadas do atendimento à mulher nas regiões mais expostas aos crimes. A pesquisa inicia-se apresentando a metodologia do trabalho, seguido pela conceituação dos termos utilizados e a legislação vigente, o próximo capítulo irá analisar o relatório da CTMHF, definindo os padrões do perfil e do comportamento, das vítimas e dos agressores e análise das localizações das ocorrências. Assim, sendo alcançado os objetivos específicos estabelecidos será elaborado o planejamento estratégico com base nos resultados alcançados, na conclusão, além de campos que podem ser estudados a partir desta pesquisa.

# DESENVOLVIMENTO

## • METODOLOGIA

Delimitado a analisar os crimes de feminicídio no DF, pelo relatório da CTMHF, esta é uma pesquisa documental, que irá analisar quantitativamente o relatório sobre os feminicídios ocorridos no período de março de 2015 a dezembro de 2022, para criar padrões dos crimes ocorridos, podendo assim, analisar os padrões e chegar a soluções estratégicas para os problemas. Visando descrever as características de determinada população, as relações entre as variáveis e a situação no momento da pesquisa, a pesquisa será de natureza aplicada e descritiva. Inicialmente foi feita a análise das informações do relatório da CTMHF, que se tratando de um dado público não foi necessário a permissão para a utilização dos dados, logo após foi feita a pesquisa a respeito dos conceitos e trabalhos realizados na área do tema e suas ramificações. Na última etapa foi elaborado um gráfico de bolhas feito pela ferramenta Excel. Os dados dos números de casos foram extraídos do relatório da CTMHF e a geolocalização foi feita com base em um banco de dados criado a partir da pesquisa das coordenadas das localizações de ocorrências no período.

## • APRESENTAÇÃO DOS CONCEITOS

### • **Femicídio**

O feminicídio é o assassinato de uma mulher pelo fato do seu sexo, nem toda mulher assassinada se qualifica como feminicídio, para que se qualifique, os crimes tem que ser apoiados na misoginia, o ódio ou aversão às mulheres generalizado. Por sua maioria é antecedido por agressões por um período de tempo, razão pela qual é necessário interferência do poder público para evitar o feminicídio seja consumado, este tempo deve ser levado em conta nas políticas públicas de combate à violência contra a mulher, por meio de ações de prevenção e combate, como também por meio de informação, mudança de culturas e combate aos paradigmas de subordinação entre os sexos. “Delito de homicídio praticado contra mulher decorrente de violência doméstica ou familiar e/ou por motivo de menosprezo ou discriminação de gênero.” Assim é definido o feminicídio pela Academia Brasileira de Letras. Diana Russel, ativista feminis-

ta e escritora, empregou pela primeira vez o termo “*femicide*”, originalmente em inglês, em 1976, no primeiro Tribunal Internacional sobre Crimes contra as mulheres, em Bruxelas, na Bélgica. Neste tribunal sobre mortes de mulheres, a ativista feminista Diana Russell testemunhou e defendeu que tais ocorrências seriam consequência de ações misóginas e, como tal, deveriam ser apresentadas e julgadas como feminicídios. Em outro texto da coletânea *Femicide* (1992), Jane Caputi e Diana Russel definem o feminicídio como:

Assim como o estupro, muitos assassinatos de mulheres por maridos, amantes, pais, conhecidos e estranhos, não são produtos de algum desvio inexplicável, eles são feminicídios, a forma mais extrema do terrorismo sexista, motivado pelo ódio, desprezo, prazer, ou um senso de propriedade sobre a mulher. Feminicídio inclui mortes por mutilação, estupro, espancamentos que terminam em morte, imolação como no caso das mulheres consideradas bruxas na Europa ou de viúvas na Ásia, crimes de honra (Caputi; Russell, 1992, p. 15; em livre tradução).

### • **Business intelligence**

O *Business intelligence* (BI) revela caminhos para a tomada de decisões estratégicas. As ferramentas de BI analisam dados históricos e atuais e apresentam as descobertas em formatos visuais intuitivos, facilitando a tomada de decisões em menor tempo, e com maior assertividade. Sua definição se confunde a de uma ferramenta em si, porém, seu significado é mais amplo, é um conceito aplicável em todas as áreas, já a ferramenta é a forma como este conceito é aplicado. Segundo Primak (2008), se os sistemas pertencentes ao BI forem implantados corretamente, se tornam algo valioso, um fator primordial para a vida de qualquer organização, independentemente do seu âmbito de atuação.

### • **Legislação vigente**

A Lei 13.104, de 09 de março de 2015, alterou o código penal para incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado, o feminicídio. O § 2º-A foi acrescentado como norma explicativa do termo “razões da condição de sexo feminino”, esclarecendo que ocorrerá em duas hipóteses: a) violência doméstica e familiar; b) menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

• **RELATÓRIO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE  
MONITORAMENTO DE  
HOMICÍDIOS E FEMINICÍDIOS**

O relatório apresenta um conjunto de análises sobre ocorrências policiais e processos judiciais de feminicídio consumado no DF entre o mês de março de 2015 (mês da promulgação da Lei Federal nº 13.104/2015) e o dia 31 do mês de dezembro de 2021. As informações apresentadas foram extraídas dos boletins de ocorrência registrados pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), consultas aos sistemas cartorários da PCDF, dos laudos periciais produzidos sobre autores, vítimas e local do crime e dos processos judiciais que tramitam no Tribunal de Justiça do DF. As informações coletadas foram organizadas em banco de dados através do

Sistema de Análise Criminal desenvolvido pela Subsecretaria de Modernização e Tecnologia da SSP/DF, na plataforma *SQL Server* e o processamento e análise das informações foram realizados por meio da ferramenta de *Business intelligence “QlikView”*. Ao todo foram 153 casos de feminicídio, 3 dos casos ainda está em investigação. Consta no relatório um aumento crescente na porcentagem anual das ocorrências utilizando como referência a taxa de feminicídio por 100 mil mulheres habitantes no DF, que em 2015 era de 0,47 e em 2022 subiu para 1,21, aumento de 157,45%, constatando ainda ter um problema social crescente, mesmo a promulgação da Lei 13.104, provando que brandar a lei somente, não é o suficiente para inibir o agressor, é necessária uma combinação de medidas.

GRÁFICO 1 – OCORRÊNCIAS DE FEMINICÍDIO E TAXA POR ANO DE 2015 A 2022

**Ocorrências de feminicídio e taxa por ano de 2015 a 2022:**



FONTE: Relatório de monitoramento dos feminicídio no DF da CTMHF

• **Vítimas**

Ao todo, no período foram, 153 vítimas, com idade entre 2 e 69 anos de idade, média de 37 anos. Destas, 31% eram assalariadas, 27% do lar, 18% autônoma, 9% estudante, 6% desempregada, 3% funcionária pública e 3% aposentada, demonstrando poucas mulheres tinham independência financeira, encarcerando assim as vítimas aos agressores. Como já exposto, a violência doméstica normalmente é um precedente deste crime, 96 das mulheres sofreram violência antes do feminicídio, dessas 43 registraram ocorrência de violência doméstica sofrido pelo mesmo autor do feminicídio, sendo ao todo 94 ocorrências, média de 2,1 por cada mulher, ainda dentre essas 34 requereram medidas protetivas de urgência, 31 foram deferidas e somente 17 das medidas restavam em vigência na data do fato. As outras 53 mulheres que sofreram violência antes do feminicídio não se queixaram segundo testemunhas.

• **Agressores**

São 150 autores, sendo 148 homens e 2 mulheres e ainda há 3 dos casos ainda estão em análise. A faixa etária é a mesma das mulheres 37 anos, o mais novo tem 18 anos e o mais idoso 80 anos e 115 dos autores possuíam antecedentes criminais. A motivação por trás de seus crimes é o ciúme, a posse da vida da mulher, por não aceitarem o término do relacionamento e a misoginia junto ao estupro, vai ao encontro da definição de Diana Russell, demonstrando a importância de tornar este crime hediondo por sua bruta e irracional motivação.

• **Relação entre vítima e autores**

Dentre os casos, 82,4% tinham relação íntima de afeto, 8,5% eram familiares das vítimas, 6,5% era de outro tipo de relação e outros 2% ainda estão em apuração. A insegurança estava no lar das vítimas, pois 51% das vítimas e autores coabitavam.

vam, dificultando que essas mulheres pudessem denunciar as agressões por terem vínculo afetivo, dependência financeira e coação por meio da violência que não era testemunhado por terceiros. Outro ponto é que 118 das vítimas tinham filhos, em muito dos casos os filhos foram frutos dos relacionamentos com seus próprios agressores, e no intuito de manter a figura paterna para o filho, tinham que ter proximidade ou conviver com o agressor, elo que custaram a vida das mulheres e ainda deixaram seus filhos órfãos. Outra cama-

da profunda do crime, pois os efeitos colaterais são irreversíveis a estrutura familiar, ao todo são 289 órfãos, 181 menores de idade que tiveram o lar destruído e traumas que marcarão suas vidas, suas mães mortas, e seus pais presos ou mortos.

#### • Locais das ocorrências

Destacasse pelos maiores números de casos, a região de Ceilândia, Por do Sol e Sol Nascente com 24 casos, Samambaia com 15, Santa Maria com 14 e Planaltina com 10 casos.

Figura 1 – casos de feminicídios no DF entre março de 2015 e dezembro de 2022



FONTE: Relatório de monitoramento dos feminicídios no DF da CTMHF.

## CONCLUSÃO

Foi comprovado pelos dados que parte da população do DF conceitua a mulher como objeto do qual são donos, impondo as estas mulheres padrões de comportamentos aceitáveis e até mesmo que detém o direito da própria vida das mulheres, ceifando a vida delas quando saírem do comportamento imposto a elas. É perceptível como as soluções de BI auxiliam no processo de tomada de decisões, com o conhecimento gerado através dos dados, é possível identificar as áreas geográficas de maior probabilidade de ocorrências, criando mais unidades de pronto atendimento a mulheres, ações sociais ou governamentais que façam visitas preventivas a possíveis ambiente familiares misóginos, preservando a vida das mulheres. O fato de haver medidas protetivas que foram indeferidas ou outras até mesmo revogadas, deixam as mulheres

inseguras de denunciar ou requererem a medida preventiva, sabendo que estão desamparadas e podem sofrerem retaliação pelos agressores por buscarem ajuda, necessitando da atividade preventiva do poder público. Devendo então o poder público criar um programa de proteção a estas mulheres, com rondas policiais ostensivas a casa das vítimas de violência doméstica e programas de geolocalização que afaste o agressor da área que a vítima se encontra. Ainda é necessário conscientizar e expor estudos para que esse tipo de crime seja extinto, pois o feminicídio, é um padrão criado historicamente que necessita ser rompido, é necessário também que as vítimas quebrem o silêncio e denunciem seus agressores, e quando forem denunciar, sejam acolhidas e recebam o amparo legal, e os agressores sejam punidos conforme a lei manda. Com base nesta pesquisa a outras áreas que necessitam ser estudadas, é necessário

que o treinamento e capacitação dos profissionais que darão assistência psicológica a estas mulheres, pois a complexidade do assunto pode fazer com que a vítima não consiga superar o trauma. Também é necessário um estudo que crie apoio e capacitação das mulheres, para que elas possam ter oportunidade de emprego e sejam independentes. Ainda é necessário realizar uma mineração de dados mais complexa a fim de se encontrar perfis mais detalhados das vítimas e dos agressores, criando outros padrões que identifiquem e impeçam possíveis de feminicídios.

## REFERÊNCIAS

Academia Brasileira de Letras. Feminicídio. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: < <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/feminicidio>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Lei 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 9 de março de 2015.

PRIMAK, F. V. Decisões com B.I. (*Business Intelligence*). Curitiba: Moderna, 2008.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DOS FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL. Brasília-DF: Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, 2023.

RUSSELL, Diana E. H. *The Origin And Importance Of The Term Femicide*. Diana E. H. Russell, Ph.D. Dezembro de 2011. Disponível em: <[https://www.dianarussell.com/origin\\_of\\_femicide.html](https://www.dianarussell.com/origin_of_femicide.html)>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOUZA, Suzanny Mara Jobim de. O feminicídio e a legislação brasileira. Revista Katálysis, Florianópolis, vol. 21, n. 3, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p534>>. Acesso em: 15 jan. 2023.



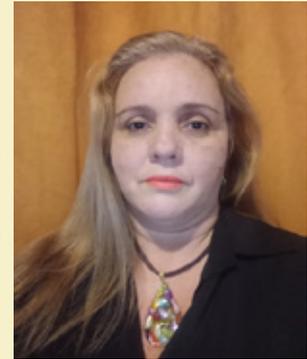
## ARTIGOS

# EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: DIANTE DO CONVÍVIO ESCOLAR DOS JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA. ESCOLA E ALUNO, AS DIFICULDADES ENQUANTO A INCLUSÃO SOCIAL

Autora:

**Janaina do Socorro Pimentel da Silva**

Licenciada em História (UNIASSELVI, 2017), Pós-Graduada em Arte e Educação (UNIASSELVI, 2020), Pós-Graduação em Educação Especial Inclusiva (UNIASSELVI, 2023).  
E-mail: janainasilvasilva724@gmail.com



### Resumo

Neste presente paper será apresentado alguns pontos acerca do desenvolvimento da aprendizagem relacionado à educação especial no dia a dia escolar. A pesquisa parte de algumas considerações sobre a reflexão da educação em novos tempos, ou seja, as novas formas de ensinar na educação, focando na adaptação e superação dos docentes e discentes que não estavam acostumados à educação presencial. A metodologia concilia a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Para a fundamentação teórica foram utilizados os estudiosos Schwartz (2012), Mendes (2012) e imprescindivelmente questões de legislação brasileira. Desse modo, o trabalho contempla a discussão sobre novas tecnologias, desafios, hibridização, isolamento social, novas formas de educar, deficiência intelectual e educação de jovens e adultos.

**Palavras-chave:** Educação especial; Educação Híbrida; Novas Tecnologias; Jovens e adultos.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de contribuir com a valorização da Educação Especial Inclusiva dentro da sociedade e a sua importância de estudo nas escolas, a presente pesquisa tem a proposta de analisar os professores como mediadores do ensino entre Pessoas com Deficiência (PcD) nas instituições. A história da educação é marcada por transformações, a partir das quais a educação especial teve alterada sua definição, redefinindo o público ao qual se destina essa modalidade. A pequena seleção dos ditos “anormais” na escola era evidenciada em função de critérios vagos e baseados em defeitos pedagógicos e escolares considerados, por exemplo,

como “subnormais intelectuais”; eram caracterizados como aqueles que tinham um atraso intelectual. As PcDs podem ser divididas em 3 grupos: física, sensorial (auditiva e visual) e intelectual.

Com as PcD nas escolas surgem grandes desafios para a sua inclusão, uma vez que a sociedade ainda não está devidamente preparada. Nessa perspectiva, para que haja uma política educacional comprometida, é necessário um olhar especial para a educação inclusiva dos jovens e adultos com deficiência intelectual. Portanto, é necessário vencer desafios e possibilitar a inclusão, buscando novos métodos de linguagens e estudos sobre a prática aplicada nesse processo.

## 2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX, é fundado o Instituto Pestalozzi, em 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

Em 2004, o ministério público federal divulga o documento “O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, o qual apresenta o objetivo de “disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008, p. 9-10). Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as leis nº 10.098/00, fica estabelecido normas e critérios para a promoção da acessibilidade às PcD ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível é implementado com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade.

## 3 ESCOLA: ESPAÇO DE TODOS

A Escola como instituição educacional tem por objetivo de desenvolver potencialidades físicas, cognitivas e afetivas de seus alunos através de estratégias adequadas para cada tipo de aluno, onde ele consiga adaptar-se conforme sua necessidade e tempo de aprendizagem. Desse modo:

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivos indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos (LIBÂNEO, OLIVEIRA; TOSCHI, 2005, p. 117)

É fundamental que a escola saiba qual é a sua verdadeira função, muitas vezes esse papel é distorcido. O lugar que era para ser referência no processo inclusivo na escolarização dos educandos, reconhecendo as diferenças e dificuldades do alunado, é cenário de descaso e segregação na metodologia de ensino utilizada pelo professor.

Escola é lugar de acolhimento e inclusão no qual é necessário que esse ambiente esteja preparado para acolher a todos os alunos e que esses sujeitos sejam respeitados nos seus limites e particularidades no aprendizado. Entretanto o diagnóstico é base para o educador conhecer os seus alunos para que ele possa organizar o seu planejamento de ensino, adaptando os materiais didáticos para os educandos com deficiência intelectual, com a finalidade de inserir eles no processo de alfabetização e que as dificuldades sejam amenizadas. Segundo o Art. 2º: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL; 1996, p. 1)

No ambiente escolar, essa inclusão deve se fazer presente desde a portaria até o gestor, onde esses indivíduos possam acolher de maneira afetiva este alunado contribuindo de forma significativa na prática do acolhimento dessa família e princi-

palmente deste aluno, planejando formas de tentar amenizar as problemáticas resultantes da deficiência que o aluno venha a possuir.

Para incluir o aluno no ambiente escolar é preciso dar condições desse educando ingressar na escola, para que ele possa interagir com os demais alunos da classe e também com o professor, bem como adaptar a ação didática para que ele participe de maneira integral no processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que suas dificuldades possam ser amenizadas, estabelecendo o verdadeiro sentido de inclusão.

### 3.1 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Deficiência intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas) assim como no comportamento adaptativo, que se refere a um conjunto de habilidades sociais e práticas do dia a dia. A origem dessa deficiência se dá antes da idade de 18 anos. (AAMR, 2006).

A inclusão de alunos com deficiência em tempos de pandemia é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com foco específico ao grupo de alunos com deficiência intelectual que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a aprendizagem escolar. O período histórico do processo de inclusão demonstra a força das batalhas travadas por pais, professores e pessoas com deficiência que buscavam, e ainda buscam, melhorias e garantia dos direitos legalmente previstos.

Contudo, sabemos que se trata de ações lentas, dependentes da realidade de cada contexto e que exige, além de boa vontade, atitudes e olhares críticos e humanitários compreendendo o PcD como indivíduo socialmente igual a um cidadão que atende os padrões de normalidade. A educação é um segmento que vem demonstrando grandes conquistas referentes às pesquisas, leis e grandes eventos que anunciam a importância da inclusão como ferramenta de inserção social, vislumbran-

do a cidadania. A realidade atual reflete as fases vivenciadas e ultrapassadas ao longo do tempo, o que Sassaki (1997) denomina em quatro fases: “exclusão, segregação ou separação, interação e inclusão”. De maneira geral, entende-se que esses fenômenos históricos ocorreram em períodos diferentes, em grupos sociais distintos por acompanhar as transformações dos modelos sociais.

### 3.2 A PERSPECTIVA EDUCACIONAL INCLUSIVA

A educação inclusiva possui uma perspectiva diferenciada sobre o conceito de educação dita como “normal”, pois sabemos que requer cuidado, paciência, atenção e uma percepção avançada sobre o outro. Para os professores que trabalham especificamente com a alfabetização, as demandas ultrapassam o quesito conhecimento, para envolver várias questões como vivência, família, que se envolvem com o aprendizado de forma implícita e até explícita, tornando cada aprendizado distinto.

O conhecimento é sempre provisório e os esquemas se manifestam através de hipóteses incompletas sobre o objeto. Cada um aprende de uma maneira, produzindo pensamentos, fazendo o que quer aprender, transformando esta experiência em material de reflexão para descobrir, explicar, entender, compreender, e elaborar as normas e atitudes que este conhecimento demanda. (SCHWARTZ, 2012, p. 40)

A autora reforça a ideia do ser humano como ser único, pois o subjetivo humano produz, cria, transforma de modo diferente para cada um, no seu tempo e capacidade específica, o aprendizado se difere, inclusive no desenvolvimento cognitivo, pois é comum haver comparações nesse sentido, que podem afetar a autoestima do(a) aluno(a), dificultando o desenvolvimento das habilidades sociais e educativas.

A falta de estrutura familiar se torna um agravante no desenvolvimento pessoal do aluno com e sem deficiência, para o segundo grupo citado se torna mais restrito ainda. A falta do acesso à informação básica e específica dos membros da família também impede uma educação coletiva convencio-

nal, os despreparo é notável, ainda mais quando se trata de jovens maiores de idade, que naturalmente se desestimulam, devido a idade, obrigações, vergonha, pressão familiar, dificuldades pessoais e falta de políticas públicas, que os favoreça e lhe proporcionem visibilidade na sociedade, a necessidade de incentivo ao desenvolvimento pessoal de jovens e adultos para a diminuição de analfabetos funcionais.

### 3.3 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA INCLUSÃO SOCIAL NAS SALAS DE AULA

O processo de alfabetização do aluno com deficiência intelectual é bastante complexo para os professores, pois devido a sua anomalia, esse aluno possui um atraso no seu cognitivo que obriga o professor a repensar a sua prática pedagógica para atender esse alunado. É preciso vencer os fatores que impendem a construção da “escola para todos” e acarretam na segregação desse indivíduo que possui esse tipo de deficiência, a fim de manter ativo o seu desenvolvimento mental. Como aponta Vygotsky:

[...] aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas, não naturais, mas formadas historicamente. (VYGOTSKY, 2006, p. 40)

A presença do aluno com deficiência intelectual na sala de aula do ensino regular por si só não garante a sua aprendizagem, pois é preciso que a escola faça modificações em sua estrutura oferecendo-lhes o serviço na Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a presença e atuação do professor especialista e que tenha recursos multifuncionais necessários para que se faça uma adaptação no conteúdo da sala de aula para esse educando. Não é difícil acharmos professores que sentem dificuldade em lidar com alunos com deficiência intelectual, assim como de usar

métodos que possam chamar a atenção desses alunos, isso ocorre devido à falta de preparo desse professor ou talvez à falta de experiência. Partindo desse pressuposto, esta pesquisa vem auxiliar os interessados pelo o assunto, plantando a reflexão sobre os métodos que não ajudam no desenvolvimento dos alunos, como também incentivando a busca por soluções, visando possíveis mudanças na forma de ministrar o ensino.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findar uma pesquisa, não significa acabar com as indagações e ter chegado a uma conclusão definitiva, muito menos quando se trata de Educação Inclusiva, o qual as indagações se mantêm ávidas e se reconstroem a partir das vivências de cada ser humano e através das manifestações que fazem parte do cotidiano.

O objetivo geral desta pesquisa foi iniciar a reflexão sobre as dificuldades que os docentes encontram em sua prática pedagógica para alfabetizar os alunos. É necessário que todos se comprometam com as novas mudanças que desafiam professores, alunos e principalmente as famílias. Ademais, constatam-se no campo da pesquisa muitos desafios enfrentados pelos docentes e demais envolvidos, como o descaso e a falta de políticas públicas locais que considerem as peculiaridades regionais; assim como as diferentes vias tomadas pelos professores envolvidos sem cumplicidade e comunicação, mesmo se esforçando de maneira individual mediante ao processo.

Como dito, as indagações continuam, no entanto, considera-se que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, no sentido de refletir sobre as análises interpretativas dos autores através do levantamento bibliográfico. Parece unanime entre os autores pesquisados a necessidade de instigar uma reflexão sobre os muitos desafios para inserir o aluno com deficiência intelectual no processo de alfabetização, uma vez que em decorrência das limitações no seu desenvolvimento cognitivo e a falta de condições estruturais para que o professor que atua na classe regular possa repensar a

sua prática docente, tendo diálogo entre a gestão da escola e os pais do educando, temos um longo caminho pela frente.

## REFERÊNCIAS

AAMR - AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION. AAMR Mental retardation: definition classification, and systems of supports. Washington, D. C, USA: AAMR, 2006.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Ela se fundamenta na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada em 2008 pelo Congresso Nacional, conforme o § 3o do art. 5o da Constituição. Acesso em 01 jan. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em fev. 2023.

BRASIL. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas estrutura e organização. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SASSAKI, Romeu kasumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA. 1997.

SCHWARTZ, Suzana. Alfabetização de Jovens e Adultos: teoria e prática. 2 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2012.

VYGOTSKY, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2006.

## ARTIGOS

# A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DA LEITURA E ESCRITA COM ALUNOS DIAGNOSTICADOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Autora:

**Eliane da Rosa Serafim**

Natural de Porto Alegre, Graduada em Pedagogia Habilitação Supervisão Escolar/PUCRS, Especialização em Gestão dos Processos Pedagógicos na Supervisão Escolar/FAPA, Especialização em Alfabetização/PUCRS,



Especialização em Educação Especial: Educação Inclusiva/UNIASSELVI, Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional/UNIASSELVI e Magistério Ensino Fundamental Anos Iniciais. Atuação na Rede Particular há 24 anos e na Rede Pública 22 anos, exercendo atividade como Coordenadora Pedagógica na Escola Maria Imaculada/RMI e E.E.E.M. Visconde do Rio Grande. E-mail para contato: aneser.pucrs@gmail.com.

### Resumo

O presente paper tem como intuito abordar o processo de construção da leitura e escrita, envolvendo alunos diagnosticados com Deficiência Intelectual e, também, trazer algumas reflexões quanto à deficiência intelectual e o trabalho pedagógico a ser proposto nestes casos. Portanto, entre os objetivos estão os pontos essenciais: refletir sobre as contribuições do lúdico como recurso de apoio no trabalho realizado pelo professor com crianças em situação de Deficiência Intelectual; analisar o processo de construção da leitura e escrita construídas por crianças com Deficiência Intelectual; compreender a importância da mediação do professor nas atividades propostas em sala de aula com crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual. Sendo assim, visa-se promover a reflexão sobre ações desenvolvidas pelos professores no seu fazer pedagógico com crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual, além da valorização do lúdico no processo de construção da leitura e escrita e compreender os aspectos importantes na Deficiência Intelectual.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual; Construção da leitura e escrita; Contribuições do lúdico para a Educação.

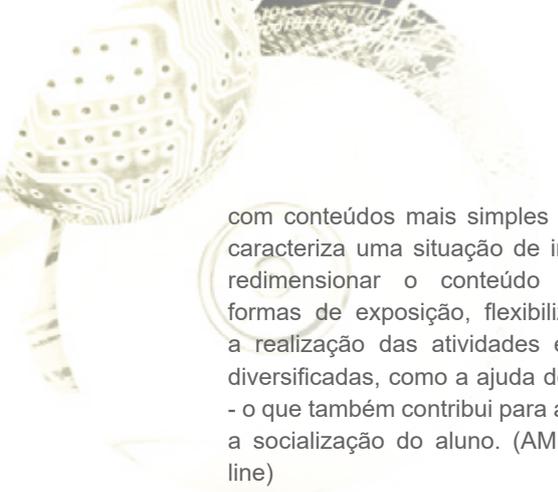
## INTRODUÇÃO

A elaboração deste paper tem como ponto de partida o Relatório de Estágio da Disciplina Estágio Clínico Institucional, realizado em uma Escola da Rede Estadual, localizada na Zona Sul de Porto Alegre, no qual foi proposto atendimento e planejamento com uma aluna diagnosticada com Deficiência Intelectual. A partir do caso atendido, busco continuidade de discutir e refletir sobre o fazer pedagógico desenvolvido em sala de aula para que seja promovida a construção do processo de leitura e escrita articulada através das mediações realizadas pelo professor, a presença do lúdico, como recurso pedagógico para atendimento com crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual e,

principalmente, compreender os aspectos clínicos da Deficiência Intelectual.

Compreendermos o processo de construção da leitura e escrita com crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual faz-se necessário para que as escolas possam desenvolver práticas pedagógicas significativas que possibilitem a aprendizagem das crianças com Deficiência Intelectual na construção do processo de leitura e escrita, ressaltando, também, as contribuições que o lúdico propicia. Pois:

O melhor caminho para se trabalhar, no entanto, é identificar as competências e habilidades que a criança tem. Propor atividades paralelas



com conteúdos mais simples ou diferentes, não caracteriza uma situação de inclusão. É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala - o que também contribui para a integração e para a socialização do aluno. (AMPUDIA, 2011, Online)

Desse modo, estarei analisando e discutindo aspectos relevantes relacionados à escrita e à leitura, junto ao fazer pedagógico do professor, com foco na Deficiência Intelectual e o lúdico como precursor de uma aprendizagem efetiva de modo prazeroso no aprender destas crianças, respeitando suas limitações e promovendo avanços significativos no seu desenvolvimento cognitivo e socioafetivo.

## OBJETIVOS

- Refletir sobre a importância do fazer pedagógico dos professores que trabalham com alunos diagnosticados com Deficiência Intelectual;
- Compreender os aspectos clínicos da Deficiência Intelectual que possibilitem o conhecimento e sua condução nos atendimentos em sala de aula;
- Valorizar as contribuições e a importância do lúdico na leitura e na escrita de crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual;
- Analisar a importância do papel do professor atuando como mediador na aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual;
- Reconhecer a importância de estabelecer práticas pedagógicas que promovam recursos didáticos que articulem o uso do lúdico, da informática, de brincadeiras e histórias objetivando a construção da escrita e leitura com crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual.

## DESENVOLVIMENTO

A definição do tema, a construção do processo da leitura e escrita com alunos diagnosticados com deficiência intelectual e que originou o título deste Paper, partiu de casos vivenciados nas Es-

colas em que atuo como supervisora Escolar e na realização do Estágio na Disciplina Estágio Clínico Institucional, finalizada com o Relatório de Estágio do atendimento desenvolvido com uma aluna diagnosticada com deficiência Intelectual (CID F79), estudante do 6º Ano do Ensino Fundamental Anos Finais e com 13 anos de idade.

Precisamos, primeiramente, compreender alguns aspectos referentes à Deficiência Intelectual, como conceito, as causas e as dificuldades identificadas e assim buscar ações de atendimento e integração dessas crianças diagnosticadas com essa deficiência neurológica.

A Deficiência Intelectual representa dificuldades em interpretar conteúdos abstratos, resolver problemas matemáticos, resolver operações matemáticas, estabelecer relações sociais, compreender regras bem como obedecer, realizar atividades escolares e expor suas ideias (argumentação). As causas pontuadas sobre a deficiência Intelectual indicam estarem relacionadas à genética, complicações perinatais, má formação fetal, problemas durante a gravidez, desnutrição severa e o envenenamento por metais pesados durante a infância.

A criança diagnosticada com Deficiência Intelectual precisa de um suporte pedagógico para que possa desenvolver-se cognitivamente, construindo o processo de leitura e escrita respeitando suas limitações.

Em geral, a deficiência intelectual traz mais dificuldades para que a criança interprete conteúdos abstratos. Isso exige estratégias diferenciadas por parte do professor, que diversifica os modos de exposição nas aulas, relacionando os conteúdos curriculares a situações do cotidiano, e mostra exemplos concretos para ilustrar ideias mais complexas. (AMPUDIA, 2011, on-line)

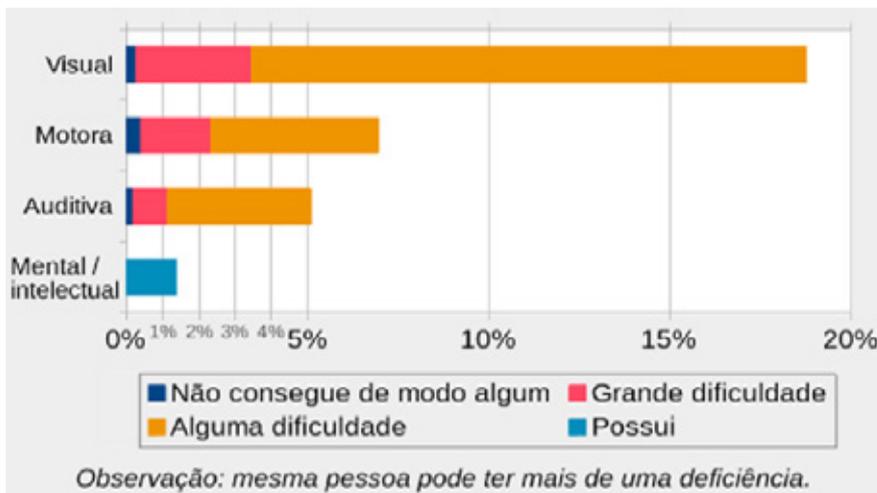
Na rotina escolar, as crianças que apresentam grandes dificuldades cognitivas precisam ser encaminhadas para uma avaliação de investigação, para que possam receber o atendimento que necessitam. Quando o professor detecta essa necessidade, torna-se indispensável conversar com os Responsáveis pelo aluno para que escola e Família possam ajudar e realizar a intervenção correta.

O professor é capaz de identificar rapidamente o que o aluno não é capaz de fazer. Em sala, também é importante a mediação do adulto no que diz respeito à organização da rotina. Falar para o aluno com deficiência intelectual, previamente, o que será necessário para realizar determinada tarefa e quais etapas devem ser seguidas é

fundamental. (AMPUDIA, 2011, on-line).

Refletindo sobre as deficiências no Brasil, dados do IBGE referentes ao ano 2010 apontam que 24% da população declarou ter dificuldades/deficiências identificadas, conforme quadro abaixo:

Quadro: Porcentagem da população, por tipo e grau de dificuldade e deficiência (Brasil, 2010)



Fonte: IBGE Educa, Censo demográfico, 2010

A pesquisa realizada pelo IBGE (2010), apontou 1,4% da população com deficiência intelectual e mental, com base na dificuldade de realizar atividades habituais. No Rio Grande do sul, especificamente, os dados do IBGE/2020 indicam um número substancial de pessoas que possuem alguma deficiência detectada, mas nem todas com diagnóstico buscam serviços de apoio, tampouco recebem o acompanhamento necessário.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE/2010, 23,8% da população se declara com algum tipo de deficiência, o que representa no RS em torno de 2.549.691 pessoas, porém nem todas necessitam utilizar os serviços de reabilitação que compõem à Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência. Independente do diagnóstico, os números indicam uma quantidade significativa de pessoas com deficiência na Sociedade Gaúcha, o que justifica uma atenção especial em saúde. (IBGE, 2020)

A alfabetização é um processo muito complexo e que precisa atingir etapas de construção do código da escrita e leitura, pois a criança passa por níveis de desenvolvimento da leitura e escrita até atingir o domínio e conseqüentemente, chegar a úl-

timo nível, no caso, ortográfica (alfabetizada). Sendo assim, as crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual necessitam de recursos didáticos diversificados, currículo e atividades adaptados tendo em vista as limitações e ritmo diferenciado para aprender, ou seja, precisam de um tempo maior que as demais crianças ditas normais. Neste sentido, o professor deve verificar as dificuldades apresentadas e os recursos que deverá usar para ajudar a criança a construir os conteúdos propostos.

A escolarização tem como principal objetivo que os alunos aprendam a aprender, que se deem conta do que sabem e do que não sabem e que saibam como e onde obter a informação necessária. Se esta é uma meta para qualquer aluno, ela assume uma importância muito maior para aqueles cuja deficiência consiste na incapacidade de desenvolver, por si mesmos, os processos que lhes permitam regular sua aprendizagem. Como consequência, a intencionalidade que caracteriza a educação escolar deve manifestar-se, no caso de alunos com necessidades educacionais especiais, em uma clara intervenção dirigida a ensinar aos alunos estratégias de controle de seus processos cognitivos (COLL; PALÁCIOS; MARCHESI, 1995, p. 26-27).

O lúdico tem um papel importantíssimo na aprendizagem, no ato de aprender de modo divertido e facilitador de construção do conhecimento, pois brincando a criança com Deficiência Intelectual consegue compreender os conceitos trabalhados guiados pela mediação da professora. Os jogos são um facilitador em contribuir para construção do conhecimento de forma lúdica, assim como as brincadeiras, o uso da informática, atividades adaptadas, música e histórias.

Portanto, o planejamento do professor ao contemplar o lúdico em suas aulas e trabalhando de modo individualizado com as crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual contribui para o desenvolvimento cognitivo e avanços no processo de escrita e leitura do alunos.

A sala de aula é um lugar de brincar se o professor consegue conciliar os objetivos pedagógicos com os desejos do aluno. Para isto é necessário encontrar o equilíbrio sempre móvel entre cumprimento de suas funções pedagógicas – ensinar conteúdos e habilidades, ensinar a aprender – e psicológicas – contribuir para o desenvolvimento da subjetividade, para a construção do ser humano autônomo e criativo – na moldura do desempenho das funções sociais – preparar para o exercício da cidadania e da vida coletiva, incentivar a busca da justiça social e da igualdade com respeito à diferença. (FORTUNA, 2000, p. 9)

É brincando e se divertindo que as crianças aprendem e se encantam com o processo de escrita e leitura. Do mesmo modo ocorre com as crianças em situação de Deficiência Intelectual, pois vão interagindo, reformulando hipóteses e aprendendo os conceitos de forma mais prazerosa, acompanhada das intervenções/mediações do professor. São nesses momentos de jogo ou de brincadeiras que o professor vai detectar como a criança está evoluindo ou ainda em processo de construção dos conceitos trabalhados. Importante nesse processo de construção da escrita propor jogos que retomem a alfabetização, ou seja, a escrita e leitura como foco principal da aprendizagem. Soma-se a relevância de acrescentar a música nas brincadeiras propostas, como estratégia fundamental para trabalhar também a autoestima e o aspecto socioafetivo, pois contempla a percepção, o sentimento, o desenvolvimento da linguagem, a expressão corporal, o estímulo ao uso dos sentidos pela criança e a elaboração de conceitos.

A música é considerada um instrumento indispensável na educação infantil, ela desperta, é relaxante, incita a aprendizagem e aproxima a atenção dos mais dispersos, é um ótimo estimulador cerebral, sem contar com sua colaboração no desenvolvimento linguístico e na reeducação de crianças consideradas hiperativas e ainda como coadjuvante na terapia de pessoas inquietas. (BARRETO, 2012 apud LIMA, 2018, p. 116)

Refletindo sobre o fazer pedagógico dos professores que trabalham com alunos diagnosticados com Deficiência Intelectual, pressupõe novo olhar, novas ações que promovam a construção do processo de escrita e leitura a partir de um planejamento rico em recursos para essas crianças que precisam de uma nova oportunidade para caminhar de modo seguro, confiantes, desenvolvendo habilidades e competências na sua formação, e consequentemente, avanços na alfabetização.

## CONCLUSÃO

O presente paper teve como finalidade discutir e refletir sobre a construção do processo de leitura e escrita de crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual, o lúdico, os recursos pedagógicos que devem ser usados e a importância do papel do professor em sala de aula trabalhando e promovendo a autonomia, o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo destes estudantes.

A escola é um espaço de interação, de socialização, de construções e reconstruções na aprendizagem das crianças, neste trabalho, nos reportando especificamente às crianças com Deficiência Intelectual. A Deficiência Intelectual não pode ser um empecilho de acesso e permanência da criança na escola, nem do seu desenvolvimento como um todo e, principalmente, da construção da escrita e da leitura num ambiente rico em recursos pedagógicos, respeitando suas limitações e ritmo para aprender.

A discussão que pontua aqui é a importância do papel do professor dentro de uma sala de aula com crianças diagnosticadas com Deficiência Intelectual e os recursos que deve disponibilizar para que se promova a construção da escrita e, consequentemente, a leitura. Vimos a importância do

lúdico (jogos e brincadeiras), da música, das histórias e do uso da informática como suporte para desenvolver o conhecimento, o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo no contexto escolar e na formação de cada sujeito envolvido neste processo de ensino-aprendizagem. Este espaço dedicado ao aprender deve ser de valorização, incentivo, autonomia e questionamento provocado pelo professor, mediação que contribuirá para o desempenho escolar dessas crianças com deficiência Intelectual e também aquelas com outros diagnósticos clínicos.

Refletindo à luz das questões pedagógicas emergentes no espaço escolar, o ato de aprender deve propiciar um ambiente que desencadeie o prazer, a paixão e o incentivo para aprender, atrelado ao uso do lúdico, pois brincando também se aprende. Ademais, o uso da informática propicia situações de envolvimento, interação com o outro e construção do conhecimento a partir dos jogos e/ou atividades pedagógicas. A música promove a construção da autoestima, da percepção e valorização dos sentimentos. Desse modo, esses recursos são os diferentes portadores de textos que incentivam os passos para leitura escrita. Portanto, recomenda-se que a sala de aula se torne um ambiente rico em oferta de recursos pedagógicos para promover a construção do conhecimento e crescimento cognitivo e socioafetiva das crianças com Deficiência Intelectual, de modo autônomo e de valorização pessoal destes alunos, tão capazes de desenvolver suas potencialidades, respeitando as limitações e ritmos próprios.

## REFERÊNCIAS

AMPUDIA, Ricardo: O que é deficiência Intelectual? Revista Nova Escola, 2011. Disponível em: [novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual](http://novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual). Acesso em 26, dezembro de 2022.

BOSCH, Ana Maria Correia Lima. Os Benefícios do trabalho com música no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil. Revista UNISANTA Humanitas, Vol.7 nº 2, 2018. p. 113 -125

CAMINHOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO. 2, ed. Petrópolis, Vozes, 2004. Disponível em: [www.faesl.com.br/nucleo-de-pesquisa-cientifica/75-portal-do-saber/238-a-musica-como-recurso-pedagogico-no-contexto-da-educacao-especial](http://www.faesl.com.br/nucleo-de-pesquisa-cientifica/75-portal-do-saber/238-a-musica-como-recurso-pedagogico-no-contexto-da-educacao-especial). Acesso em: 26 out. 2022.

COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FORTUNA, Tânia Ramos. Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org.) Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica, 6)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pessoas com deficiência, Censo brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: [educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html](http://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html). Acesso em: 26 dez. 2022.

## ARTIGOS

# TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): PONTOS E CONTRAPONTO DA INCLUSÃO

Autora:

**Bruna Késsia  
Teodósio Santos**

Licenciatura em Pedagogia  
– Universidade Estadual  
do Ceará (UECE), Campus  
Faculdade de Itapipoca  
(FACEDI). Especialista em  
Educação Infantil e Anos  
Iniciais – UNIASSELVI. Pós-  
graduanda em Psicopedagogia  
Clínica e Institucional pela



UNIASSELVI. Atualmente atua como professora da Rede  
Municipal de Itapipoca, com ênfase na Educação Infantil.  
E-mail: kessia.santos21@gmail.com.

### Resumo

A escola caracteriza-se como um espaço que propicia o desenvolvimento de habilidades, competências sociais e cognitivas dos indivíduos, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa temática torna-se relevante diante do atual cenário educacional, haja vista que há um aumento significativo de crianças diagnosticadas autistas que são matriculadas nas instituições de ensino. O objetivo geral deste trabalho é analisar os principais impasses relacionados à inserção de crianças com TEA nas escolas, pontuando os principais desafios e possibilidades da educação inclusiva. A referida pesquisa possui cunho bibliográfico, como base teórica foram adotados os seguintes autores: Neto et al (2018), Orrú (2003), Cunha (2015) dentre outros. Por fim, os resultados apontaram que para que haja a inclusão é necessário capacitação dos professores, participação ativa dos pais e apoio dos demais profissionais envolvidos no processo de desenvolvimento da criança.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista; Educação Inclusiva; Desafios da inclusão.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um conjunto de desordens do neurodesenvolvimento que caracteriza-se por déficits persistentes na interação e comunicação social em múltiplos contextos. Em decorrência dessas dificuldades comportamentais, sociais e emocionais apresentadas durante a infância, essa temática tem ganhado cada vez mais espaços nas discussões realizadas por autores, principalmente, dos ramos de Psicologia, Pedagogia, Psicopedagogia e Psiquiatria.

Em virtude disso, nas últimas décadas surgiram inúmeros estudos com variedade descritiva de teorias que buscam compreender esse transtorno, com base nas características comportamentais que a criança venha manifestar em suas relações pessoais e sociais.

Todo esse debate que envolve esse assunto é de suma importância, uma vez que o número de crianças que são diagnosticadas precocemente com autismo cresce consideravelmente ano após ano, tendo assim um aumento expressivo de crianças autistas matriculadas nas escolas públicas e privadas. Isto posto, é fundamental reflexões e aprofundamento de novas pesquisas voltadas a entender melhor o autismo e suas características em se tratando de manifestações e subjetividades.

Em consequência disso, sobrevém consideráveis questionamentos em relação aos desafios da inserção dessas crianças na vida escolar: Como ocorre a inclusão de crianças autistas na sala de aula? As instituições escolares estão preparadas para a inclusão? Quais os principais desafios enfrentados para que ocorra essa inclusão?

Esta pesquisa tem como intuito trazer uma revisão de literatura sobre o tema inclusão de crianças com TEA, nesse sentido foi delineado como objetivo geral analisar os principais impasses vivenciados e que estão relacionados à inserção de crianças autista nas escolas. A partir disso, ressalta-se a necessidade de identificar e visibilizar as especificidades das crianças autistas, compreendendo-as como sujeito que possui limitações e singularidades.

Outrossim, o trabalho foi dividido em quatro seções, sendo a primeira a “Introdução” que trata o assunto estudado de modo prévia. A segunda seção, nomeada como “Desenvolvimento”, demarca todo o estudo bibliográfico realizado. Posteriormente, na “Conclusão”, se apresenta as considerações finais a que se chegou mediante os estudos realizados. Por fim, a última parte trata das referências bibliográficas do artigo.

## DESENVOLVIMENTO

Ao realizar leituras em artigos científicos, textos e entrevistas, verifica-se que o termo Transtorno do Espectro Autista ou simplesmente TEA é caracterizado por ser “um transtorno do neurodesenvolvimento, com etiologia multifatorial [...]”

Presente em cerca de 1,5 milhões de brasileiros” (XAVIER; MARCHIORI; SCHWARTZMAN, 2019, p. 156), onde ocorre algum grau de comprometimento na comunicação, linguagem, interação social, e também, por inúmeros comportamentos que são feitos de forma estereotipada ou repetitiva.

Entre as manifestações do TEA que consta no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais/DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014) podem ser observado nesse transtorno: hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, déficits na reciprocidade social, manter e compreender relacionamentos, interesses fixos e restritos, prejuízo na comunicação, dificuldades para manter ou prolongar uma conversa. Resumindo, as funções mais afetadas no indivíduo são: visão, fala, audição, olfato, tato, dor, degustação, equilíbrio, dentre outros. (LAMAR; VALENZUELA; NASCIMENTO, 2021).

Logo, é preciso entender a complexidade e heterogeneidade que envolve as diversas manifestações desse transtorno. O manual, citado anteriormente, descreve o TEA em 3 (três) níveis de comprometimento, no qual pode haver variações de acordo com a gravidade do transtorno e da idade cronológica do sujeito. Diante disso, o TEA, pode apresentar essas classificações.

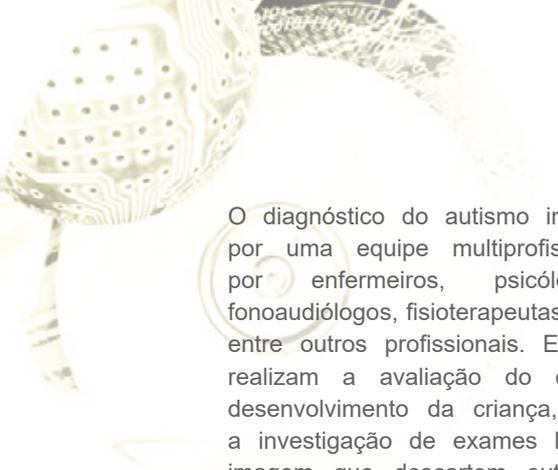
Quadro 1 - Classificações do TEA segundo DSM - V

Nível 1 (LEVE)	Nível 2 (MODERADO)	Nível 3 (SEVERO)
Exigindo apoio - Neste nível pode haver dificuldades em iniciar interações sociais. Normalmente não há grande comprometimento na linguagem. O diagnóstico costuma ser tardio, pois os sintomas são menos acentuados.	Exigindo apoio substancial - Neste nível é comum apresentar déficits na linguagem verbal e não verbal rigidez no comportamento, dificuldade em lidar com as mudanças na rotina, comportamentos repetitivos e falta de interesse na interação social em diversos ambientes.	Exigindo apoio muito substancial - Neste nível a pessoa não consegue estabelecer comunicação sem apoio, pois possui grave déficit na comunicação verbal e não verbal. Tendência ao isolamento pela dificuldade na interação social e cognição reduzida. Repertório restrito de interesse e comportamento inflexível.

Fonte: DSM V (2013)

É importante destacar que os primeiros indícios do TEA são apresentados ainda na primeira infância, sendo possível levantar possíveis suspei-

tas de diagnóstico a princípio logo aos 6 meses de idade. Em estudos recentes, Ebert, Lorenzini e Silva (2015, p. 53) enfatizam que,



O diagnóstico do autismo infantil é realizado por uma equipe multiprofissional, composta por enfermeiros, psicólogos, médicos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicopedagogos, entre outros profissionais. Esses profissionais realizam a avaliação do comportamento e desenvolvimento da criança, juntamente com a investigação de exames laboratoriais e de imagem que descartem outras enfermidades (EBERT; LORENZINI; SILVA 2015, p. 53).

É notório que a colaboração profissional no processo de diagnóstico que envolve o autismo se correlaciona diretamente com mais profissionais dos diversos ramos da saúde, haja vista que deve ser realizado um estudo mais aprofundado de cada caso. Outro ponto que merece destaque é a existência de algumas doenças e “alterações genéticas que sabidamente se correlacionam com a presença de sintomas do autismo” (LAMAR; VALENZUELA; NASCIMENTO, 2021, p. 1290), dentre elas, pode-se citar: síndrome de Rett, síndrome de West, síndrome de Asperger.

Em consonância a fala descrita acima, verifica-se alguns desafios vivenciados por pessoas com TEA, tanto no contexto social quanto institucional. Dentre esses contextos, destaca-se o ambiente escolar que, no que tange às atuais políticas inclusivas, têm por objetivo ampliar o acesso desses alunos deficientes às instituições de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior.

Essas políticas de inclusão resultam de uma longa trajetória de lutas durante décadas, devido uma grande demanda social que visa atender todos aqueles que foram continuamente excluídos pelo o sistema, no qual foram marcados pela a segregação e discriminação até então. É válido salientar que trata-se de uma mudança de cunho cultural direcionada à valorização dos indivíduos com suas particularidades e singularidades, garantindo a reinserção social, política e educacional para todos. (NETO, ÁVILA, SALES et al, 2018). A inclusão, nesse sentido, surge como ponto de transformação para uma sociedade inclusiva, que amplia a participação de todos em todos os cenários. Em consonância a isso, Stainback e Stainback (1999) relatam que

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência,

origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21)

Além disso, Martins et al. (2008, p. 19) comenta que esse “movimento que busca repensar a escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação dê lugar à escola aberta a todos”. Com base no autor, a escola, nesse sentido, caracteriza-se como um espaço multicultural que atende e acolhe o público em múltiplos aspectos, dando-lhes direito amplo de participação social, educacional, social ou profissional.

Em termos legais, existe no Brasil a Lei nº12.764, de 27 de dezembro de 2012, que determina o indivíduo diagnosticado com TEA como pessoa com deficiência, tendo o direito assegurado de inserção nas escolas regulares de ensino, em todos os níveis e aprendizado ao longo dos anos. Destaca-se também a Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Art. 6 preconiza que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família.” Com essa ampliação e garantia de todas as pessoas à educação, foi proporcionado novas possibilidades de aprendizagens.

Com base nos dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (2018) houve um aumento significativo de crianças e adolescentes autistas que foram matriculados no ensino comum no país. Em 2017 foram 77.102 matrículas e, em 2018, foram 105.848, demonstrando um aumento de 37% em apenas um ano.

Logo, considerando esse cenário, pode-se citar alguns desafios encontrados no ambiente escolar, dentre eles: o grande número de alunos dentro da sala de aula, a ausência de recursos técnicos e concretos e a falta de formação dos professores ou pouca formação, que está relacionada à ausência de experiência no trabalho com crianças autistas inseridas no sistema de ensino.

Dentro desse pressuposto, é fundamental a qualificação desses profissionais escolares. Não é apenas inserir esse educando na sala de aula pela

força da lei, com classes lotadas, sem o mínimo de recursos pedagógicos e total ausência de conhecimentos de como lidar com esse transtorno, mas dar condições para que essa inclusão se efetive. Para isso, é necessária formação inicial e continuada adequada aos docentes, para que este possa exercer seu trabalho com responsabilidade e eficiência.

Sobre esse último ponto, Orrú (2003, p. 1) menciona que

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...]. (ORRÚ, 2003, p. 1)

Partindo desse pressuposto, “incluir é muito mais que inserir. Além de tudo, é preciso dar condições de permanência e possibilidade de desenvolvimento da aprendizagem, maximizando, assim, suas potencialidades.” (CUNHA, 2015, p. 69)

Conforme já mencionado no decorrer deste estudo, a inclusão é o principal modo de garantir igualdade de oportunidades, esta vem enfatizar que os sujeitos são igualmente importantes em determinada comunidade. Os princípios básicos da inclusão vão além de apenas inserir crianças nas instituições escolares, e em consequência disso, o ato verdadeiro de inclusão escolar não é tarefa fácil. É um processo que perpassa percalços e vicissitudes. É algo complexo, contínuo, mas necessário para que assim ocorra um bom desenvolvimento e aprendizagem da criança autista.

## CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado nesta pesquisa bibliográfica, que objetivou trazer um panorama com os principais desafios vivenciados com a inserção de crianças autistas nos espaços formais de aprendizagem, pode-se perceber que a inclusão desses educandos não é tarefa simples, mas

é possível e ocorre, principalmente, por força da legislação.

Como observamos no decorrer do texto, mesmo com leis que regulamentam o ingresso desses alunos nas escolas regulares, ainda encontram-se diversos desafios que dificultam esse acesso, os quais devem ser ultrapassados para que a inclusão seja efetivada nas escolas de forma eficaz, como: formação insatisfatória dos docentes, pouco envolvimento dos familiares no processo de inclusão da criança, falta de materiais didático-pedagógicos, ausência de adaptações físicas e curriculares.

Ainda nessa perspectiva, é necessário que os professores recebam formação e especialização adequada, no que tange ao conhecimento aprofundado acerca do TEA, em vista que é comum os profissionais não saberem reconhecer, nem tampouco saber lidar com o autismo no ambiente escolar.

Esse docente, na maioria das vezes, ao deparar-se com as singularidades do aluno autista e a falta de um apoio profissional especialista para auxiliá-lo, não sabe como reagir diante de tal situação e nem criar estratégias que auxiliem no processo de inclusão. Em decorrência disso, faz-se necessário um maior suporte técnico-pedagógico aos docentes, uma vez que é através de um docente capacitado e preparado que certos desafios conseguem ser superados. Além disso, é fundamental uma estrutura e organização escolar focada em princípios inclusivos e a consolidação da parceria entre a família e a escola.

Este trabalho não se conclui aqui, pelo contrário, é apenas o começo para que outras reflexões e ações futuras sejam desenvolvidas e que colaborem para uma aprendizagem significativa capaz de promover uma vida justa e digna, em uma sociedade com direitos garantidos a todos. Entretanto, para que isso ocorra é fundamental criar oportunidades para que crianças com condição autista desenvolvam suas potencialidades, respeitando suas condições singularidades sociais e cognitivas.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico De Transtornos Mentais. DSM-5. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992 p.

BRASIL. Constituição Federal (1988) Capítulo II - Dos Direitos Sociais, Art. 6. Brasília- DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo Escolar Da Educação Básica 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 25 de jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União. Brasília.

CUNHA, M. S. Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

EBERT, M.; LORENZINI, E.; SILVA, E. F. da. Mothers of children with autistic disorder: perceptions and trajectories a Article based on Final Course Work of the Nursing Programme: Trajectories of mothers of children with autistic disorder. Revista Gaúcha de Enfermagem [online]. 2015, v. 36, n. 1. p. 49-55.

LAMAR, P, C, A; VALENZUELA, R, C; NASCIMENTO, R, S. Autismo: Inclusão da criança autista na sala de aula. Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.10. out. 2021. ISSN - 2675 – 3375.

MARTINS, L. A. R; et al. Inclusão: compartilhando saberes. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

NETO, A, O, S; ÁVILA, É, G; SALES, T, R, R; AMORIM, S, S; NUNES, A, K; SANTOS, V, M. Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, n. 60 p. 81- 92 | mar de 2018.

ORRÚ, S.E. A formação de professores e a educação de autistas. Revista Iberoamericana de Educación(Online), Espanha, v.31, p. 01-15, 2003.

STAINBACK. S; STAINBACK W. Inclusão: Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

XAVIER, J. S.; MARCHIORI, T. SCHWARTZMAN, J. S. Pais em busca de diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo para o filho. Psicologia: Teoria e Prática. 21(1), 154-169. São Paulo, SP, jan.-abr. 2019.

## ARTIGOS

# PROBLEMAS COGNITIVOS: PARA ALÉM DAS SÍNDROMES E TRANSTORNOS

**Autora:**  
**Débora Araújo da  
Silva Ferraz**

Graduada em Letras inglês (uneb), letras português (Faveni) e pedagogia (Uniceos). Especialista em psicopedagogia (Farj), Neuropsicopedagogia (INE), educação especial e inclusiva (Uniasselvi),



coordenação pedagógica (UCAM), ensino de língua inglesa (UCAM), educação a distância (uneb), gestão do suas (Uniasselvi) e especializando em metodologia da literatura e língua portuguesa (Uniasselvi). Mestre em educação e diversidade (uneb). Formação continuada em aee (ifba), Tea (ifba), educação do campo (ufrb) e políticas sociais (ufrgs). Coordenadora de CAEE e salas de recurso, tutora da Uniasselvi, professora formadora da Uefs, professora do ifbaiano serrinha.

### Resumo

Considerando a diversidade de transtornos que existem na atualidade, há que se investigar os que prioritariamente afetam o cognitivo de crianças e adolescentes. Esse paper tem como objetivo principal refletir sobre as dificuldades apresentadas por crianças sem transtornos cognitivos, podendo possibilitar um estudo teórico-metodológico sobre essa problemática, sendo prioritário analisar os fatores que podem contribuir para desordens de aprendizagens em crianças que não apresentam transtornos, síndromes, dificuldades ou distúrbios totalmente diagnosticados. Através de uma revisão da literatura, foram feitos estudos de síndromes, patologias, dificuldades e transtornos de aprendizagem à luz de conceituação teórica. Os resultados mostram que existem patologias que contribuem consideravelmente para o desenvolvimento de outras comorbidades em qualquer nível da aprendizagem.

**Palavras-chave:** Cognição; Síndromes e Transtornos; Aprendizagem.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica para refletir sobre possíveis dificuldades de aprendizagem em crianças que não apresentam transtornos cognitivos. Sobre a questão, Perrenoud (2001) esclarece que crianças com dificuldades de aprendizagem não são deficientes, não são incapazes, apenas demonstram dificuldades para aprender. Incapacidades de aprendizagem não devem ser confundidas com dificuldades de aprendizagem.

De acordo com Smith e Strick (2001), as dificuldades de aprendizagem referem-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desem-

penho acadêmico. As crianças com dificuldades de aprendizagem são crianças suficientemente inteligentes, mas enfrentam muitos obstáculos na aprendizagem.

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é analisar alguns dos fatores que podem contribuir para a desordem da aprendizagem de crianças que não apresentam transtornos, síndromes ou distúrbios diagnosticados, analisando os elementos que possam ser motivadores para que o aluno tenha dificuldade para aprender, verificando a origem das diversas manifestações de desordens na aprendizagem e assim compreender os problemas decorrentes desse processo. Para tanto, será apresentado os conceitos que apresentam de modo peculiar as definições de cada comorbidade encontrada.

# DESENVOLVIMENTO

Harry Chugani, neuropediatra Wayne/EUA, assinala que “todo ser humano é uma semente pronta para desabrochar, contudo, as primeiras experiências de vida são tão importantes que podem mudar por completo a maneira como as pessoas se desenvolvem” (CHUGANI apud ACAMPORA, 2019). Dito isso, para esse estudo, é necessário entender os processos que podem vir a dificultar ou que ocasionam os problemas da aprendizagem para melhor intervir nesses casos, sabendo defini-los e diferenciá-los. Pois

[...] os termos distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem têm sido utilizados de forma aleatória, tanto na literatura especializada como na prática clínica e escolar, para designar quadros diagnósticos diferentes. Na mesma perspectiva, França (1996) coloca que a utilização dos termos distúrbios, problemas e dificuldades de aprendizagem é um dos aspectos menos conclusivos para aqueles que iniciam a formação em Psicopedagogia. Para o autor, aparentemente os defensores da abordagem comportamental preferem a utilização do termo distúrbio, enquanto os construtivistas parecem ser adeptos do termo dificuldade. (MOOJEN, 1999 apud NUTTI, 2002, p. 2)

Do ponto de vista etimológico, a palavra distúrbio pode ser traduzida como “anormalidade patológica por alteração violenta na ordem natural” (DOMINGOS, 2007, p. 6), ou seja, remete-se a um problema ou doença que ataca o aluno em nível individual e orgânico. Segundo Collares e Moysés (1992 apud BOTTURA, 2012), trata-se de alterações manifestadas por dificuldades na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio e habilidades matemáticas.

Apesar de um distúrbio de aprendizagem poder ocorrer concomitantemente com outras condições desfavoráveis (por exemplo, alteração sensorial, retardo mental, distúrbio social ou emocional) ou influências ambientais (por exemplo, diferenças culturais, instrução insuficiente/inadequada, fatores psicogênicos), não é resultado direto dessas condições ou influências. (COLLARES; MOYSÉS, 1992 apud BOTTURA, 2012, p. 32).

Outro termo bastante recorrente no que concerne à aprendizagem são os “transtornos”. Segundo a classificação de transtornos mentais e

de comportamento da Classificação Internacional de Doenças CID-10, elaborado pela Organização Mundial de Saúde:

O termo “transtorno” é usado por toda a classificação, de forma a evitar problemas ainda maiores inerentes ao uso de termos tais como “doença” ou “enfermidade”. “Transtorno” não é um termo exato, porém é usado para indicar a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecível associado, na maioria dos casos, há sofrimento e interferência com funções pessoais (CID – 10, 1992, p. 5).

Diferentemente dos distúrbios, o transtorno de aprendizagem é a falta de habilidade na leitura, especificamente, na escrita ou na matemática “em indivíduos que apresentam resultado abaixo do esperado para seu nível de desenvolvimento, escolaridade capacidade intelectual” (American Psychiatric Association, 1994 apud BOTTURA, 2012, p. 1). Os transtornos de aprendizagem afetam a fala, a escuta, a leitura, a escrita, a soletração, o pensar, o recordar, a organização de informações ou a aprendizagem de matemática. Estes não podem ser curados. Duram para a vida toda.

A má formação genética motiva cerca de 30% de admissões pediátricas, priorizando melhorias nas condições de saúde, principalmente, de indivíduos que apresentem alguma síndrome ou doenças visíveis genéticas. A incidência de indivíduos com síndromes genéticas é alta, em torno de 14% de recém-nascidos com defeito congênito leve único.

A palavra síndrome é derivada do grego (syndromé = reunião, concurso), que na medicina traduz-se por estado mórbido (enfermo, doente, relativo à doença) caracterizando-se por um aglomerado de sintomas e sinais clínicos, podendo resultar de mais de uma causa. Em outras palavras, a síndrome não é uma doença, mas sim uma condição médica. Esta condição também recebe o nome de síndrome ou síndrome. (LEITE, 2020, on-line).

Por se tratar de um extenso estudo, explanam-se apenas algumas características acerca destas síndromes, conforme:

- a) Síndrome de Asperger - Também conhecida como autismo de funções superiores, que integra a classificação dos transtornos globais de

desenvolvimento, é um distúrbio neurocomportamental.

- b) Síndrome de Cri du Chat - É uma doença genética extremamente rara que acelera o processo de envelhecimento em cerca de sete vezes em relação à taxa normal. A expectativa média de vida das pessoas é de 14 anos para as meninas e 16 para os meninos.
- c) Síndrome de Klinefelter - Uma em cerca de mil crianças nasce com um cromossomo X extra (47, XXY), que caracteriza esta síndrome, resultante, geralmente, de uma não disjunção na formação do óvulo.
- d) Síndrome de Turner – É uma patologia cromossômica caracterizada por um fenótipo feminino, com baixa estatura, infantilismo sexual e certo aspecto intelectual questionável.
- e) Síndrome do “X” Frágil - É causada mais frequentemente por comprometimento mental com caráter hereditário, afetando o desenvolvimento intelectual e o comportamento em geral de homens e mulheres.
- f) Síndrome de Angelman - As crianças que apresentam esse tipo de anomalia têm alguns sintomas como: andar desajeitado, risadas frequentes, convulsões, perímetro cefálico pequeno e achatamento occipital, atraso no crescimento e peculiar fragilidade.
- g) Síndrome de Apert - É um defeito genético que pode ser herdado de um dos pais ou por mutação nova. Sua causa se encontra em uma mutação durante o período de gestação, nos fatores de crescimento dos fibroblastos que ocorre durante o processo de formação dos gametas.
- h) Síndrome de Down - A trissomia 21 é um acidente genético que ocorre ao acaso durante a divisão celular do embrião. Crianças com esta síndrome têm deficiências intelectuais e algumas características físicas específicas.
- i) Síndrome de Williams – Nesta, as crianças têm dificuldade de se alimentar, ficam irritadas facilmente e choram muito. É uma doença caracterizada por “face de gnomo ou fadinha”, nariz pequeno e empinado, cabelos encaracolados, lábios cheios, dentes pequenos e sorriso frequente.
- j) Síndrome de Rett - É uma doença neurológica que afeta principalmente o sexo feminino, em todos os grupos étnicos. É importante estabelecer sistemas de comunicação que ajudem a criança - como placas com desenhos e palavras para que ela possa indicar o que deseja.
- k) Síndrome de Irlen - Um distúrbio de aprendizagem relacionado à visão, que se caracteriza por dificuldades de processamento cerebral das informações visuais, causadas pela sensibilidade a determinados comprimentos de ondas de luz espectral visível ao olho humano.
- l) Síndrome da Sabedoria Adquirida – É um autêntico mistério para a medicina: é uma reação neurológica segundo a qual, o cérebro, tendo sido lesionado no seu lado esquerdo, compensa a perda dos neurônios desenvolvendo novos tecidos no lado direito.
- m) Síndrome da Alienação Parental - São pessoas, na sua grande maioria, controladoras, que vivem num universo ilusório, longe da realidade, muitas vezes, produzindo falsas acusações contra o(a) genitor(a) que não convive com a criança.
- n) Síndrome Alcoólica Fetal – Os alunos com esta síndrome apresentam, muitas vezes, múltiplas desordens, nomeadamente TDAH, perturbações emocionais, distúrbios de aprendizagem entre outros problemas.
- o) Espinha Bífida em Sala de Aula - Alguns alunos podem apresentar outras problemáticas como convulsões, paralisia cerebral, dificuldades de aprendizagem ou outras.
- p) Síndrome de Tourette - É um distúrbio neuropsiquiátrico caracterizado por tiques múltiplos, motores ou vocais, que persistem por mais de um ano e geralmente se instalam na infância.
- q) Perturbações da Personalidade - São todos os comportamentos observáveis que no seu conjunto determinam um quadro psicopatológico. Deve-se esperar que a criança entre na adolescência para confirmar ou declinar o diagnóstico.
- r) Afasia - É a perda da linguagem causada por lesão no sistema nervoso central que, na maior parte das vezes, ocorre do lado esquerdo do cérebro.
- s) Autismo – É um problema neurológico ou cerebral ainda em conclusão de estudos que se caracteriza por um decréscimo da comunicação e das interações sociais.

Crianças com prejuízos sensoriais, auditivos ou visuais apresentam uma evolução no desempenho escolar quando são tratadas; com problemas psiquiátricos ou neurológicos que fazem uso de psicofármacos podem ser prejudicadas em sua atenção devido ao efeito do medicamento; com determinadas doenças, como anemia falciforme, Síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA), depressão, diabetes, podem apresentar desordens de aprendizagem; com famílias desestruturadas, com uso de drogas na família, que sofrem abuso sexual também podem apresentar problemas escolares. Segundo J. Paz (apud COELHO, 2002, p. 23), “Podemos considerar o problema de aprendizagem como um sintoma, no sentido de que o não aprender, não configura um quadro permanente, mas ingressa numa constelação peculiar de comportamentos, nos quais se destaca como sinal de descompensação”.

Para Coelho (2002, p. 108), “as primeiras evidências de um desenvolvimento mental normal são manifestações puramente motoras”, qualquer distúrbio psicomotor liga-se com problemas do indivíduo, sendo estes distúrbios psicomotores e afetivos com difícil diagnóstico. Esses distúrbios, que também ocasionam as desordens de aprendizagem, classificam-se em instabilidade psicomotora, debilidade psicomotora, inibição psicomotora, lateralidade cruzada e imperícias.

## CONCLUSÃO

Este estudo objetivou apresentar e descrever possíveis problemas, que longe de serem unicamente distúrbios, transtornos ou dificuldades de aprendizagem, também podem alterar a capacidade de aprender da criança ou adolescente. Destaca-se a importância de decodificar sintomas divergentes ou convergentes em determinadas situações, para que a criança ou adolescente, ao serem encaminhados a um profissional, seja feito o diagnóstico correto. A maneira pontual e sintética com que os fatores que podem intervir e criar obstáculos ao ato do ensinar e do aprender revelam essa intenção de despertar o desejo por uma busca mais aprofundada do que foi descrito e apresentado.

Tudo isto servirá para comprovar se o problema existe e relacionar condutas que viabilizem melhorar ou descartar a reclamação, propiciando à família ou ao reclamante mais informações e sugestões de como lidar com o contexto destas crianças. Nesse sentido é importante um elo entre família e especialista.

Em suma, este estudo constatou que outros problemas que não sejam dificuldades, síndromes, transtornos ou distúrbios, outras patologias, podem influenciar, em diversos níveis ao contexto e a aprendizagem das crianças, mediante sintomas bem próprios de cada um e que estes também precisam de atenção e de tratamento, tendo em vista que qualquer anormalidade que o corpo humano seja acometido desencadeará uma desordem, seja esta de origem externa ou interna.

## REFERÊNCIAS

ACAMPORA, Bianca. Psicopedagogia clínica: O despertar das potencialidades. 4. Ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

BOTTURA, Wimer. Distúrbio de aprendizagem; Instituto atitude em saúde, arte medicina e educação. Disponível em: <http://www.dda-deficitdeatencao.com.br/>. Acesso fev. 2023.

COELHO, Helenita Meyer de Macedo. Um estudo sobre a dinâmica família de crianças com dificuldade de aprendizagem em fase de alfabetização. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Pernambuco, UCP, Pernambuco, 2004.

DOMINGOS, Gláucia de Ávilda. Dificuldades do processo de aprendizagem. Monografia apresentada a ESAB, Escola Superior Aberta do Brasil, Curso de Pós-graduação Lato Sendo em Psicopedagogia Clínica e Institucional, 2007.

LEITE, Gisele. Direito Penal e Covid-19. Disponível em <https://jures.com.br/artigo-juridico/direito-penal-e-covid-19/>. Acesso fev. 2023.

NUTTI, Juliana Zantut. Distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem: algumas definições e teorias explicativas. UNICEP - Centro Universitário Central Paulista, 2002. Disponível em <<http://www.psicopedagogia.com.br>> . Acesso fev. 2023.

PERRENOUD, Philippe. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.

STRICK, C. e SMITH, L. Dificuldades de aprendizagem de A a Z – Um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: ARTMED, 2001.





**UNIASSELVI**

Construa sua própria história.

[uniasselvi.com.br](http://uniasselvi.com.br)

0800 729 9009